RESOLUÇÕES

SINDEMA CUT

CONGRESSO SINDEMA

Fortalecer a luta e avançar nas conquistas

Congresso Sheila Pires de Camargo

17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2022

RESOLUÇÕES

SINDEMA CUT

CONGRESSO SINDEMA

Fortalecer a luta e avançar nas conquistas

Congresso Sheila Pires de Camargo

Direção Plena – Gestão 2020-2023

Diretores Executivos
Ritchie Soares Barbosa Martins (Presidente)
Estela Baptista da Silva (Vice-Presidente)
Shedd Pegáz (Secretário Administrativo e Financeiro)
Ana Maria da Silva Santos
Kátia Cheli Kanasawa
Florípes de Aguiar Kikuti
Renilva Mota Ferreira
Adriana Alves Luna
Antônio Carlos Gonzaga

Diretores
Mara Neide Ferreira Linhares Hora
José Aparecido da Silva
Jandyra Massue Uehara Alves
Roseli Aparecida de Souza
Maria Aparecida Alves Campos
João Evangelista Domingues
Ana Paula do Rosário Luiz
Paulo Inácio de Faria
Ana Lúcia Abreu
Adriana de Barros

Conselho Fiscal
José Maria da Silva Pereira
Dário Felix da Silva

Suplentes do Conselho Fiscal
Amauri Muniz de Freitas
Ondina Ribeiro Silva Souza
Geovânia de Lima

Av. Antônio Piranga, 1.156 – Vila Dirce
CEP 09911-160 – Diadema
Tel.: (11) 4053.2930
e-mail: secretariageral.sindema@gmail.com
www.sindema.org.br
Facebook: sindema.org
Instagram: @sindemacomunica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 4

CONJUNTURA 6

BALANÇO DAS AÇÕES DO SINDEMA
E LUTAS DA CATEGORIA 11

1 - LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS
DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS 20

MOMENTOS DO 2º CONGRESSO 27

2 - LUTA POR UMA APOSENTADORIA DIGNA
E POR DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS 31

3 - LUTA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO
E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
NO SERVIÇO PÚBLICO EM DIADEMA 38

4 - LUTA EM DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR,
DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO 44

PLANO DE LUTAS E DE TRABALHO:
PROPOSTAS PARA O 2º CONGRESSO DO SINDEMA 49

APRESENTAÇÃO

Realizado nos dias 17 e 18 de novembro de 2022, o **2º Congresso do SINDEMA** contou com a participação de cerca de 140 delegados e delegadas que, a partir da reflexão do momento atual que vivemos e das lutas que travamos nos últimos três anos em defesa dos direitos, em defesa da Previdência e de nossos direitos previdenciários, contra a terceirização e a precarização do trabalho, em defesa da saúde do trabalhador, por melhores condições e relações de trabalho, avaliaram, debateram e aprovaram as linhas gerais da atuação do SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA para os próximos três anos. Aprovaram também as ações que visam à organização e à mobilização da categoria para a conquista de suas reivindicações gerais e específicas, fazendo o exercício de olhar para essas especificidades sem, contudo, deixar de pensar no coletivo, realizando a tarefa desafiadora da construção da unidade na diversidade - quanto mais afinada a nossa pauta, mais força na luta teremos.

No **2º Congresso**, que aconteceu na subsede de Diadema do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, os delegados e delegadas presentes reafirmaram o compromisso do SINDEMA com a defesa dos direitos da categoria, com a luta da classe trabalhadora e com a transformação da sociedade em que vivemos.

Esse compromisso pressupõe o reconhecimento de que nós, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, temos o trabalho cotidiano de assegurar os direitos sociais do conjunto da classe trabalhadora para a garantia de acesso com qualidade da população à saúde, à educação, aos bens culturais e esportivos, à assistência social, à segurança, enfim, aos direitos sociais e humanos e para a produção do bem-estar coletivo. Por tudo isso, o produto do nosso trabalho não pode estar a serviço do lucro, da apropriação privada, dos interesses de grupos políticos.

A partir do debate coletivo e fraterno realizado no **2º Congresso**, reafirmamos o compromisso do SINDEMA com os princípios da autonomia sindical e independência frente aos governos e partidos e reiteramos nosso entendimento de que a luta para a garantia dos direitos da população não pode estar dissociada da luta para que os direitos do trabalhadores do serviço público sejam também garantidos e respeitados.

A luta contra a retirada de direitos, o combate às privatizações e as terceirizações do serviço público via Organização Social (OS) e Convênios, contra o trabalho precário, por concurso público, em defesa do IPRED, da saúde do trabalhador, contra o assédio moral, por condições e relações de trabalho decentes e pela valorização do serviço público e do servidor público nortearão nossas ações no próximo período.

O fortalecimento do SINDEMA através da organização e representação por local de trabalho (Delegados/as de Base) teve destaque nos debates realizados e o **2º Congresso** aprovou RESOLUÇÃO para a transformação dos delegados e delegadas participantes em representantes de base ou representantes do local de trabalho.

Desejamos e trabalharemos para que que as resoluções aprovadas no **2º Congresso do SINDEMA** sejam implementadas, impulsionem e fortaleçam nossa luta!

Juntos somos mais fortes!

DIREÇÃO do SINDEMA

***

2º CONGRESSO DO SINDEMA HOMENAGEIA A SERVIDORA SHEILA PIRES DE CAMARGO

*Foi aprovada por unanimidade a proposta de denominar o **2º Congresso do SINDEMA** como "Congresso Sheila Pires de Camargo", em homenagem à servidora falecida no início de 2020. Sheila foi Agente de Serviços da Prefeitura de Diadema entre 1997 e 2020. Marcou presença nas lutas históricas da categoria: acampou em frente à PMD pelo direito ao vale-transporte para servidores que moravam na Baixada Santista, participou das greves em 2007, 2011 e 2015, e dos atos na Câmara Municipal contra a terceirização da Saúde em Diadema em 2015. Foi delegada do 1º Congresso do SINDEMA e sempre atuou na defesa dos direitos dos servidores. Familiares, entre eles a irmã Elaine (servidora de Diadema), o filho Vinícius e a mãe Claudete, estiveram presentes no 2º Congresso e receberam as homenagens do SINDEMA à servidora Sheila Pires de Camargo por sua luta e sua história.*

COMPANHEIRA SHEILA PIRES DE CAMARGO, PRESENTE!

CONJUNTURA

Para garantir democracia, é preciso combater a desigualdade, reverter retrocessos e fortalecer a organização sindical e o serviço público

O 2º Congresso do SINDEMA aconteceu num momento muito importante para o país, logo depois do segundo turno da eleição presidencial, cujo resultado recolocou o Brasil na rota da defesa e do resgate da democracia e dos direitos dos cidadãos. Nas primeiras atividades do evento, a conjuntura nacional e municipal foi analisada em palestras de três convidados pela direção do Sindicato, que analisaram a situação política, econômica e social do Brasil e, com isso, contribuíram para que os delegados pudessem discutir com mais clareza os desafios do funcionalismo público de Diadema para o próximo período. Foram eles: Jandyra Uehara, secretária nacional de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ex-presidente do SINDEMA e membro da direção plena da entidade; Victor Pagani, supervisor-técnico do escritório regional paulista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); e Telma Victor, secretária de Formação da CUT São Paulo.

Veja a seguir um resumo do que abordaram em suas intervenções (a íntegra das palestras pode ser acessada no link divulgado ao final deste texto):

Na abertura do 2º Congresso, ao comentar o resultado eleitoral, Jandyra Uehara destacou o principal desafio dos trabalhadores: "Do ponto de vista dos movimentos sindical, popular e social, nós vamos lutar e exigir que o programa democrático e popular que defendemos seja colocado em prática".

A dirigente lembrou que a conjuntura nacional e internacional causa impacto direto no cotidiano das cidades e dos servidores municipais. "Não estamos isolados no mundo. Tudo o que acontece no país e fora dele nos impacta diretamente, embora nem sempre se perceba isso de maneira direta. A importância do processo que vivemos neste momento pode ser sintetizada nas eleições de 2022. Primeiro, porque foi uma vitória da classe trabalhadora, das mulheres, do povo negro, dos LGBTQIA+, dos nordestinos, enfim, das minorias massacradas neste país. E não foi uma vitória unicamente eleitoral. Agora, temos de reconstruir o nosso país e transformá-lo, em outras bases", afirmou.

Jandyra falou sobre a importância da vitória na eleição, mas destacou: "Foi muito importante, mas acho que não podemos achar normal que boa parte dos eleitores tenha votado numa candidatura machista, racista, misógina, defensora da tortura, da ditadura militar, contra a Ciência, contra a vacina e profundamente neoliberal. Foi um voto em um governo que aprofundou ainda mais a catástrofe que já vinha acontecendo desde 2013".

A dirigente destacou ainda: "Temos uma grande tarefa pela frente e este novo governo precisa dar a resposta para o combate à pobreza, à desigualdade social, ao desemprego, à destruição ambiental e recuperar as políticas públicas, os serviços públicos e os direitos sociais do povo brasileiro. Vamos inaugurar um novo período em nosso país. Temos esperança nisso, trabalhamos muito para isso e estamos muito otimistas. Um

período de recuperação, de resgate do setor público. Mas temos em São Paulo – estado que será governado por um bolsonarista – apenas quatro cidades com gestão do PT, entre elas Diadema".

Desafios em Diadema

Falando sobre a situação em Diadema, Jandyra abordou as principais questões que seriam debatidas no 2º Congresso e que já haviam pautado o anterior, realizado em 2019: "Nós, servidores públicos, somos classe trabalhadora, somos um setor que tem um papel estratégico, político, fundamental na execução dos direitos sociais. Há três anos, em nosso 1º Congresso, tínhamos um governo de centro-direita que foi desastroso, que fez ataques aos trabalhadores, à Educação, Saúde, ampliou a terceirização, deixou de pagar a Previdência".

E prosseguiu: "Hoje temos um rombo enorme na Previdência, cuja maior parte foi feita durantes os oito anos do ex-prefeito Lauro Michels, que tentou retirar direitos do Estatuto dos Funcionários Públicos e do Estatuto do Magistério. Não conseguiu por conta da resistência dos servidores públicos municipais de Diadema". Lembrou ainda que a postura daquele governo fez com que boa parte do funcionalismo público municipal "apoiasse em 2020 a volta do ex-prefeito Filippi", para que houvesse condições democráticas de diálogo e respeito aos direitos do funcionalismo, mas ponderou: "Ninguém espera, depois de oito anos de um governo municipal que destruiu, terceirizou, desrespeitou, que a gente fosse ter atendidas todas as reivindicações e resolvidos todos os problemas que estavam represados".

A terceirização, na avaliação da dirigente, é um dos principais desafios a serem enfrentados: "Houve todo um processo crescente de terceirização que vem desde 2000 e que aumentou muito durante o governo Lauro Michels e sabemos que isso não se resolve da noite para o dia. Esperávamos que o governo Filippi anunciasse a abertura de concursos públicos para todas as áreas, especialmente na Saúde, e um processo de reversão da terceirização. Mas o que aconteceu de fato foi um aprofundamento da terceirização para além da contratação de mão-de-obra via Organizações Sociais: renunciou-se à gestão".

Outro ponto levantado por ela foi a questão da luta em defesa da saúde do trabalhador e das relações de trabalho. "As relações de trabalho estão extremamente comprometidas. Nosso companheiro Neno, representante do Sindicato e vereador em Diadema, conseguiu aprovar um projeto de lei que enquadra e combate a prática de assédio moral nos locais de trabalho em todos os setores da Prefeitura e que, no entanto, não está em vigor. E os problemas crescem dia a dia", frisou.

Recordou ainda outras dificuldades que têm sido enfrentadas pela categoria na gestão Fillipi: "No período eleitoral, enquanto todos estávamos na mesma trincheira de luta, os trabalhadores foram obrigados a fazer um dia de paralisação na cidade, em 15 de setembro, para assegurar um direito. E os trabalhadores foram vitoriosos. O governo recuou. Mas o que aconteceu depois da eleição? Não negociaram o dia parado. Vai

haver desconto no final do mês por conta deste dia de paralisação. E isso é uma coisa inaceitável do ponto de vista sindical e do ponto de vista das relações de trabalho, inaceitável num governo do PT".

E completou: "Conseguimos derrotar Bolsonaro. Agora precisamos unir forças para recuperar a democracia. Mas não dá pra fazer isso com um governo que não está sabendo dialogar com os trabalhadores. Queremos estar numa mesma trincheira para lutar pela reconstrução e pela verdadeira transformação deste país. O governo tem de dar a diretriz política de como vai se relacionar com seus aliados e os trabalhadores têm de ser aliados de um projeto democrático e popular. E para isso, eu tenho certeza que a direção deste Sindicato está muito disposta, junto com vocês, a desenvolver esta tarefa".

"Temos de enfrentar um dos maiores problemas deste país, que é a desigualdade social"

Abrindo sua palestra, Victor Pagani destacou o sentido simbólico do 2º Congresso do SINDEMA: "Depois da eleição do presidente Lula, este é o primeiro congresso que eu participo e ele ocorre na subsede regional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, berço político do PT e do presidente Lula, e em Diadema, a primeira cidade que o PT administrou em sua história".

Ainda comentando o resultado eleitoral de 2022 e os desafios conjunturais do próximo período, Pagani destacou: "Foi uma vitória da democracia. É importante a gente celebrar esta vitória, que foi uma vitória também dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Uma vitória dos mais pobres, das periferias, dos moradores em comunidades, dos trabalhadores, das mulheres, da população negra, dos indígenas, dos LGBTQIA+ e dos nordestinos. Foi uma vitória de todos esses segmentos que são, de certa forma, menorizados pela sociedade".

Victor afirmou que esta foi uma eleição com recorte de classe e político. "Nas pesquisas eleitorais que mostravam o recorte por renda familiar ficava explícita a divisão social. E as urnas revelaram que a gente saiu dessas eleições com o país fraturado e dividido. Foram as eleições mais apertadas em toda história, as mais acirradas. Temos grandes desafios para o próximo período, que passam por reconstruir o mínimo de coesão social para que possamos avançar em um projeto de reconstrução e transformação do país, um projeto com desenvolvimento nacional com inclusão social e redução das desigualdades".

Em sua análise, Pagani disse acreditar que para que alcançar esta coesão social, será preciso enfrentar um dos maiores problemas do país, que é a desigualdade, compreendendo renda, gênero, raça e regiões do Brasil. "Precisamos colocar tudo isso no centro da agenda do novo governo para que se possa garantir o mínimo de coesão social, que é essencial e fundamental para o projeto de desenvolvimento do país. E para reduzir todas essas desigualdades, precisamos de um Estado forte, que promova políticas públicas e serviços públicos que garantam o acesso da população aos direitos sociais", considerou.

Em outro momento, Victor destacou a importância de fortalecer o Estado para que o país também volte a crescer. Mas explicou: "Só voltar a crescer não é suficiente, é preciso crescer, desenvolver e distribuir renda. Por isso defendemos um Estado forte, para que ele tenha condições de planejar e induzir o desenvolvimento".

O supervisor do Dieese lembrou ainda de um entrave a ser superado, a Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o chamado "teto de gastos", onde as despesas e os investimentos não podem crescer acima da inflação pelos próximos 20 anos. "Isso engessa de tal forma o orçamento que inviabiliza a realização de políticas públicas. Por isso esta emenda precisa ser revogada ou revista, de modo que o presidente eleito possa implementar o seu plano de governo", ponderou.

Outro assunto abordado por Victor diz respeito à arrecadação do governo: "A gente sabe que nosso país tem um sistema tributário que agrava o problema da desigualdade social porque ele é regressivo. E este é um ponto que também precisa ser debatido. Precisamos de uma reforma tributária que reveja tudo isso para que a gente consiga criar as condições para as transformações necessárias".

Em relação ao mundo do trabalho e do movimento sindical, Victor destacou a questão da revogação ou revisão das reformas trabalhista e previdenciária, e a terceirização ilimitada. "Alguns pontos precisam ser tratados logo nos primeiros 100 dias do novo governo Lula e um deles é a questão da reestruturação do sistema de relações do trabalho no Brasil, que passa pela questão sindical e trabalhista", comentou.

E avançou: "Inclusive, na garantia de termos um sindicato cada vez mais forte, com recursos aprovados coletivamente com financiamento pelas categorias nas respectivas assembleias, mas também um sindicato que não seja tão fragmentado. Esta vai ter de ser uma construção de amplo diálogo social para que se chegue a um novo modelo que garanta toda essa estrutura: sustentação financeira e fortalecimento combatendo a fragmentação sindical".

Por fim, disse que outro desafio são os trabalhadores informais. "Se a longo e médio prazo vamos conseguir a coesão social no país, precisamos estender os direitos trabalhistas a todos os trabalhadores", disse ele, lembrando: "Essa questão do trabalho passa pelo fortalecimento do setor sindical, fortalecimento das instâncias coletivas e pela ampliação dos direitos de segmentos do mundo do trabalho que hoje são excluídos. E aí entra a questão dos servidores; em temos nacionais, tem de haver a regulamentação do direito à negociação coletiva para o funcionalismo público, que ainda não existe. O novo governo Lula precisa deixar este legado", concluiu.

"Precisamos nos unir para fortalecer a luta do funcionalismo"

Em sua palestra, Telma Victor também destacou a importância do processo eleitoral que se encerrou com a vitória do presidente Lula. "Acho importante agradecer a todas e todos os companheiros sindicalistas que se colocaram à disposição neste período de campanha. Esses companheiros fizeram um trabalho em defesa da classe trabalhadora, defendendo as nossas bandeiras, as nossas propostas, e eu acho que isso também vale

uma outra reflexão, a de entender a importância de ter essa voz que nos represente no poder Legislativo", declarou.

A dirigente da CUT-SP afirmou que foi fundamental a resistência da classe trabalhadora durante todo este período, especialmente após o golpe de 2016. "Várias questões nós, servidores públicos, sentimos na pele. Um exemplo é o impacto da Emenda Constitucional nº 95 e o que ela representou. Além do corte orçamentário, vem a estagnação dos serviços públicos e da valorização dos servidores porque se engessou o orçamento por 20 anos", disse.

E prosseguiu: "Após o golpe de 2016, nós sofremos os impactos de tudo o que foi confiscado em termos de reformas. E nós, enquanto servidores públicos, também fomos atingidos. Tivemos as reformas administrativa e previdenciária, que foram colocadas automaticamente também no serviço público, acarretando uma enorme perda de direitos. Tudo o que construímos ao longo dos anos foi destruído por conta da Emenda 95".

Telma lembrou que isso compromete o atendimento de políticas públicas básicas como Educação e Saúde. "Temos de lutar contra esse retrocesso, pois nós, enquanto trabalhadores, também somos usuários desses serviços, juntamente com nossas crianças e familiares", analisou.

Ainda em sua palestra, a dirigente cutista ressaltou que a Educação sofreu um atraso muito grande no último período e que a pandemia poderia ter sido tratada de outra forma. "Sabemos do descaso que foi este governo bolsonarista, fascista e genocida, que só pensou nele e nos seus iguais. Por mais difícil que tenha sido a questão da pandemia, os ministérios poderiam ter ajudado, mas não fizeram nenhum esforço para que as vacinas chegassem o quanto antes", recordou.

A secretária de Formação da CUT-SP destacou também: "Para além da pandemia e dos impactos das reformas, a questão da falta de postos de trabalho também é muito importante. Antes mesmo da pandemia já existia essa tendência de fechamento de empresas, de não poder produzir o que nós consumimos. Tudo isso é um grande desafio".

Sobre a organização sindical, Telma enfatizou a importância de valorizar as entidades de classe dos trabalhadores."Precisamos dar sustentação para os nossos sindicatos. Temos grande importância na sociedade e precisamos fortalecer a formação das nossas bases. E no caso dos servidores públicos, precisamos nos unir para fortalecer a luta do funcionalismo em todo Brasil, lembrando que os sindicatos não são só a direção, o sindicato é cada um de nós", concluiu.

***

A íntegra das palestras pode ser conferida em https://tinyurl.com/abertura2Congresso-Sindema

BALANÇO DAS AÇÕES DO SINDEMA E LUTAS DA CATEGORIA

• PEC 32 – Reforma Administrativa, lutas gerais da classe trabalhadora e lutas específicas da categoria

Com a tarefa de articular as lutas gerais dos trabalhadores e as lutas específicas da categoria dos servidores públicos municipais de Diadema, o SINDEMA atuou na defesa intransigente dos direitos, na organização da resistência da classe trabalhadora e do povo brasileiro às tentativas de suprimi-los e na luta permanente pela reversão dos retrocessos implementados desde o golpe de 2016. Esse compromisso, que norteou as ações das Direções Sindicais que desde 2005 estão à frente do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema, foi referendado pelo 1º Congresso do SINDEMA, realizado em 29 e 30 de outubro de 2019.

Os impactos da Emenda Constitucional nº 95, da reforma trabalhista, da terceirização irrestrita, da reforma da Previdência e das privatizações foram amplamente denunciados pelo SINDEMA, no debate com a categoria no dia a dia e junto às organizações, centrais sindicais e movimentos populares, motivos de luta contra os ataques do governo, pela democracia, pelos direitos e em defesa da soberania nacional, garantindo a unidade de ação com o conjunto da classe trabalhadora, nas grandes manifestações convocadas pela CUT e demais Centrais Sindicais realizadas em 7 de setembro e 28 de outubro de 2020 (Mobilização Nacional de Luta Contra a Reforma Administrativa) e durante 2021 e 2022.

O SINDEMA participou ativamente da organização de inúmeros atos regionais e debates, promovidos em conjunto com a Frente Brasil Popular Diadema, sindicatos da região e movimentos sociais, denunciando os ataques aos direitos da classe trabalhadora, em defesa da vida e contra a política de morte pela demora da vacina, cobrando o auxílio emergencial para o povo que, em plena pandemia, passava fome. Atuou, também em conjunto com movimentos sociais e sindicatos, na arrecadação de alimentos e doações para a população que não tinha o que comer, inclusive identificando e atendendo, dentro das possibilidades, servidores públicos com os mais baixos salários da Prefeitura que, em função do confinamento imposto pela pandemia e da impossibilidade de realizar trabalho remoto, tiveram seus vencimentos zerados com a suspensão do pagamento do adicional de insalubridade e demais descontos (convênio médico, empréstimo consignado, vale-transporte).

Promovendo a articulação das lutas gerais e reinvindicações específicas da categoria, o SINDEMA organizou Ato contra a Reforma Administrativa, Contra a Terceirização da Gestão da Saúde via Organizações Sociais (OS) em Diadema e Contra o Retorno Presencial às Aulas na Rede Municipal de Ensino e em Defesa da Vida – reivindicação dos trabalhadores da Educação quando o país enfrentava a média mensal de 30 mil mortos por Covid-19.

Em Plenária dos Servidores Municipais sobre a PEC nº 32 – Reforma Administrativa, um plano de ação foi aprovado e executado pela Direção do SINDEMA para esclarecer servidores e população sobre os prejuízos com a aprovação da reforma: foram realizadas várias panfletagens, "lives" e debates; os jornais do Sindicato abordaram o tema e uma Cartilha sobre a Reforma Administrativa foi distribuída nos locais de trabalho.

O SINDEMA participou ativamente da articulação da Greve Geral da Educação e do Serviço Público, de 18 de março de 2020 (suspensa por conta da pandemia), das demais greves e paralisações que aconteceram em plena pandemia, e da Greve Geral dos Servidores Públicos de Diadema e de todo o país contra a PEC nº 32, em 18 de agosto de 2021.

• Pandemia e condições de trabalho

Com a Saúde sucateada e precarizada, a pandemia chegou em Diadema e os servidores tiveram de enfrentá-la sem as mínimas condições de atendimento à população. O SINDEMA denunciou a falta de condições de trabalho, de materiais de higiene e de proteção individual nos equipamentos essenciais para proteger a vida dos trabalhadores diante da ameaça do vírus.

Depois de muitas denúncias públicas e inúmeros documentos entregues à Prefeitura exigindo medidas de proteção dos servidores frente à pandemia, o SINDEMA ingressou com denúncia no Ministério Público do Trabalho e com ação na Vara da Fazenda Pública de Diadema contra a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, álcool em gel e outros nas unidades de Saúde e demais serviços essenciais. Como resposta, o prefeito Lauro Michels foi à Justiça para censurar e exigir a retirada imediata das publicações do SINDEMA das redes sociais; o Sindicato apresentou sua defesa e o juiz julgou improcedente o pleito do prefeito.

Os servidores públicos que ficaram no trabalho remoto denunciaram o aumento do assédio moral por parte das chefias, o aumento da jornada de trabalho sem remuneração e a falta de condições mínimas oferecidas pela Prefeitura – durante todo período, a infraestrutura para a realização do trabalho à distância foi custeada pelos próprios trabalhadores, como pacote mensal de dados para acesso à internet e aquisição de celulares e computadores sem nenhuma contrapartida da PMD, que ainda achava que estava "fazendo um favor" a eles.

Para debater as condições do trabalho virtual na Secretaria da Educação durante a pandemia, o SINDEMA realizou o Seminário "Diálogos Necessários: Educação, Diadema e Pandemia". Foram seis encontros virtuais que discutiram os desafios da área em tempos de Covid-19.

Para os servidores da Saúde, o SINDEMA promoveu palestras e debates que abordaram as condições de trabalho e saúde e direitos dos trabalhadores, como por exemplo, a "Conversa Ao Vivo: Cuidando de Quem Cuida – Trabalhadores/as da Saúde". Nas Secretarias de Habitação e de Esporte e Lazer, foram realizadas reuniões com servidores e com secretários, diante das denúncias de assédio moral, falta de condições de trabalho e de EPIs, e até uso indevido de imagens de servidores pela Prefeitura sem autorização destes.

Durante toda a pandemia, mesmo no período de confinamento, os diretores do SINDEMA estiveram presentes nos equipamentos públicos, verificando as denúncias de falta de EPIs; acompanhando os atendimentos de pacientes que denunciaram o não cumprimento de protocolos sanitários; atuando junto às chefias para assegurar o afastamento dos servidores dos grupos de risco; cobrando a realização de testes e a vacinação dos trabalhadores da linha de frente; orientando sobre afastamentos de servidores contaminados e sobre a importância do registro através do Relatório de Atendimento de Acidente de Trabalho (RAAT) e CAT (Comunicado de Acidente de Trabalho); cobrando do SESMT dados sobre contaminação/afastamento de servidores; fazendo acompanhamento de servidores contaminados e das intercorrências da doença que, em muitos casos, levaram à morte ou provocaram sequelas; orientando e acompanhando famílias de trabalhadores municipais sobre procedimentos e direitos; orientando e denunciando situações de assédio moral que culminaram com a morte de servidora do Quarteirão da Saúde.

O SINDEMA promoveu ainda, nesse período, várias reuniões virtuais, palestras e debates sobre saúde física e mental dos trabalhadores, condições de trabalho, direitos, importância do RAAT, a luta para o reconhecimento da Covid-19 como doença do trabalho e pela indenização das vítimas (servidores que atuaram na linha de frente no enfrentamento da doença que faleceram ou ficaram com sequelas).

Por meio de parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o Sindicato passou a oferecer, a partir de agosto de 2021, acompanhamento aos trabalhadores em sofrimento psicológico por consequência da pandemia. Os atendimentos, realizados por alunos da PUC-SP, da área de Psicologia Social do Trabalho e Saúde do Trabalhador, supervisionados pela professora Andréia de Conto Garbin, visam ao acolhimento e escuta especializada aos servidores públicos de Diadema sindicalizados.

- **Luta contra a LC 173/2020 e cumprimento da LC 191/2022**

Com a aprovação, em maio de 2020, da Lei Complementar nº 173, o envio de recursos federais a estados e municípios para o enfrentamento da Covid-19 foi condicionado à suspensão dos direitos do funcionalismo público de todo o Brasil: congelamento dos benefícios e da contagem de tempo aquisitivo para concessão de novos biênios, quarta-parte e licença-prêmio; proibição de aumento de salários e realização de concursos.

O SINDEMA promoveu vários debates sobre os efeitos da LC 173 com a categoria e entrou na Justiça contra a aplicação dessa lei de Jair Bolsonaro. A Vara da Fazenda Pública de Diadema negou pedido do Sindicato e ainda determinou a condenação de pagamento de custas e honorários. O SINDEMA recorreu e reverteu a decisão. Contudo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou que o processo fosse devolvido à Vara de Diadema, onde mais uma vez nossa ação foi julgada improcedente e novo Recurso de Apelação foi negado pelo Tribunal de Justiça de SP.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 191/2022, os servidores da Saúde e da Segurança Pública (Segurança Cidadã) que atuaram na linha de frente da Covid-19 passaram a ter direito à contagem de tempo no período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, para efeitos de biênio, quarta-parte e licença-prêmio com pagamento retroativo apenas a partir de 1º de janeiro de 2022. O Acordo Coletivo 2021-2022, firmado entre a PMD e o SINDEMA, estabeleceu que o pagamento para os servidores municipais abrangidos por essa lei ocorresse em 30 de junho de 2022.

- **Reforma da Previdência – IPRED**

Em abril de 2020, o prefeito Lauro Michels achatou mais ainda salários dos servidores e aprovou na Câmara Municipal o aumento do desconto do IPRED de 11 para 14% para os servidores, previsto na EC nº 103/2019 (reforma da Previdência). Mesmo com o distanciamento social, o SINDEMA lançou campanha contra a redução dos salários na pandemia e mobilizou os servidores, que realizaram uma carreata em frente à Câmara e no centro da cidade. A atuação do SINDEMA impediu que fosse aprovada a lei que autorizava a PMD suspender o pagamento de parte da dívida patronal com o IPRED. Nessa ocasião, nem o pagamento dos acordos de parcelamentos do IPRED e nem a alíquota patronal devida ao Instituto foram pagos pela Administração.

- **Pandemia e o retorno às aulas presenciais na Rede Municipal de Diadema**

Embora durante toda a pandemia a Prefeitura tivesse indicado várias datas para o retorno das aulas presenciais na rede municipal de Ensino, Diadema foi a última cidade da região do ABC e uma das últimas do estado a promover o retorno presencial de 100% dos alunos nas escolas, o que ocorreu só a partir de março de 2022.

No início de 2021, ainda que sem aulas presenciais, as Escolas Municipais foram abertas para atendimento à comunidade escolar (alunos e seus familiares) e em esquema de revezamento. Agentes de Cozinha, Agentes de Serviços I e de Serviços Gerais, bolsistas da Frente de Trabalho, Agentes Administrativos, Equipes Gestoras (diretores/as, vices diretores/as, e coordenadores/as) atendiam nos plantões.

Diadema entrou na fase crítica da pandemia (“fase roxa”) em março de 2021, contabilizando 85 mortes em três semanas. A PMD já havia decidido suspender o atendimento presencial nos demais setores da Administração, mas a Secretaria de Educação estava irredutível na decisão de manter o atendimento presencial nas escolas. Os trabalhadores da Educação temiam pelo risco de contaminação no local trabalho e no transporte público e estavam temerosos também pela própria segurança, já que as escolas estavam sem vigia, em função do encerramento do contrato com a empresa terceirizada.

Foi preciso a mobilização da categoria, a atuação da CIPA e da Direção do SINDEMA, a interlocução com a bancada de sustentação do governo e com vários atores da Administração Municipal para reverter a decisão da Secretaria e garantir o fechamento das escolas – medida necessária, naquele momento, para conter a circulação de pessoas e salvar vidas.

Além do fechamento das unidades de Ensino, foi assegurado, mediante a participação em formatação remota, o pagamento da insalubridade aos servidores operacionais da Educação, que havia sido suspenso com o confinamento no início da pandemia.

A Administração tinha publicado decreto municipal para o retorno às aulas de forma híbrida e gradual a partir de 1º de março de 2021, com até 35% dos alunos por dia. Entretanto, a mobilização e pressão dos trabalhadores da Educação – organizados através do SINDEMA na Campanha em Defesa da Vida e Contra o Retorno as Aulas Presenciais sem protocolos sanitários e sem a imunização completa dos servidores – adiaram essa decisão até agosto de 2021, quando foi estabelecido o retorno de 25% dos alunos em cada dia. Mais uma vez os servidores se mobilizaram e, em 10 de agosto de 2021, realizaram paralisação e ato na Prefeitura reivindicando o adiamento do retorno presencial dos alunos, em função das reformas que estavam ocorrendo em muitas escolas da rede e da falta de imunização completa dos trabalhadores da Educação. No dia 12 de agosto, durante ato realizado na Câmara Municipal, o SINDEMA reivindicou a antecipação da segunda dose para trabalhadores da Educação; por conta dessa mobilização, a reivindicação foi atendida.

- **Terceirização via Organização Social em Diadema**

Desde o início de 2021 o SINDEMA vinha questionando o governo José de Filippi por conta de publicação oficial e decretos da PMD que apontavam para a privatização da Saúde em Diadema e cobrando reunião com a Secretaria para discutir o assunto, sem que houvesse resposta. Após denúncias nas redes sociais, assembleia e paralisação realizadas em 18 de agosto, a Secretaria de Saúde respondeu ao documento do SINDEMA, informando: “... a Secretaria de Saúde em conjunto com outros setores do Governo vem conduzindo estudos acerca do modelo a ser adotado para a gestão da saúde pública no Município de Diadema. Tais estudos ainda não estão concluídos, de forma que não

existe, nesse momento, posicionamento definitivo da Administração sobre quaisquer aspectos dessa questão." (1º e 2º Parágrafos do Ofício 06/124/2021 – 20-08-2021, da SS). No entanto, documento anexo que acompanhou o ofício acima e EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO, publicado na edição do *Diário Regional* de 28/08/2021, indicaram que a data de assinatura do CONTRATO DE GESTÃO foi dia 01/08/2021 e que o prazo do contrato é de 48 meses.

Foi só depois do Ato na Câmara, com uso da Tribuna em 17 de setembro, que ocorreu a reunião com a secretária de Saúde e o secretário de Governo e o único avanço foi o compromisso, assumido pela Administração, de não realizar transferências e manter o quadro e lotação de servidores nas UBSs tal como estava. O SINDEMA protocolou as reivindicações aprovadas pelos trabalhadores da Saúde em Plenária realizada dia 10 de setembro de 2021 e, embora os representantes do governo tivessem se comprometido a discutir o assunto na Mesa Permanente de Negociação Coletiva, esse debate não avançou.

Novos Aditivos ao Contrato de Gestão foram feitos no final de 2021, porém só foram divulgados em maio de 2022. Além da Atenção Básica, a empresa SPDM tem "carta branca" para fazer a gestão do Serviço de Oftalmologia do Quarteirão da Saúde, PA Eldorado e PA Paineiras, CAPS, SAMU, Pronto-Socorro e Hospital Público.

O SINDEMA organizou, em 18 de agosto de 2021, a Greve Geral dos Servidores Públicos de Diadema contra a Terceirização da Saúde em Diadema e contra a PEC nº 32. Debates, "lives", reuniões e plenárias presenciais e remotas foram também feitas, além de Edição Especial do JORNAL DO SINDICATO sobre Luta contra a Terceirização na Prefeitura de Diadema ao longo dos últimos anos.

- **Assédio moral**

A campanha permanente do SINDEMA, de Combate ao Assédio Moral dentro da Prefeitura de Diadema, teve início em meados de 2020 e várias ações foram realizadas: pesquisa sobre Assédio Moral nos locais de trabalho, palestras, "lives" e debates sobre o tema, incentivo à denúncia por meio de cartazes e construção de Projeto de Lei de Combate ao Assédio Moral, em parceria com o mandato do vereador Neno, cuja lei foi aprovada sob o nº 4.250/2022. Além disso, o SINDEMA tem realizado reuniões e visitas aos locais de trabalho para esclarecer os servidores sobre o assunto e prestado atendimento para orientação e acompanhamento de denúncias.

A cartilha *Compreendendo o Assédio Moral no Ambiente de Trabalho: Perguntas e Respostas* foi produzida em parceria com alunos do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para divulgar e orientar sobre o assédio moral no ambiente de trabalho.

• Campanha Salarial 2021-2022

O Acordo Coletivo 2021-2022, aprovado pela maioria dos servidores presentes na Assembleia do dia 24 de maio de 2022, ainda que represente avanços em relação às demais reivindicações econômicas, não repôs a inflação acumulada no período para todos os servidores públicos.

A incorporação de R$ 150,00 no salário-base em março, acrescida de 4% reajuste em julho e mais 3% de reajuste em outubro de 2022, representaram reajustes que variaram de 19,75% (Referência Salarial 2) a 10,24% (Referência Salarial 11 E).

Ainda assim, foi o melhor acordo coletivo comparado com acordos firmados nas demais cidades do ABCDM e na cidade de São Paulo, conforme demonstrado na tabela abaixo:

ACORDOS COLETIVOS 2021-2022 – REAJUSTES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS				
Diadema	R$ 150,00 incorporado ao salário em março	4% em julho	3% em outubro	• Abono R$ 300,00 – janeiro • Abono R$ 300,00 – fevereiro • Vale-alimentação – de R$ 325,05 para 439,63 em outubro/22 (35,25%) • Vale-refeição – de R$ 186,12 para R$ 251,73 em outubro/22 (35,25%)
Mauá	1,5% em agosto	R$ 200,00 incorporado ao salário em setembro	1,5% em outubro	• Abono R$ 300,00 – janeiro • Abono R$ 300,00 – fevereiro • Aumento de R$ 50,00 no vale-alimentação em abril
Santo André	3% em maio	4% em setembro		• Abono R$ 114,09 – de maio a agosto • Abono R$ 118,79 – a partir de setembro • Cesta básica – de R$ 110,00 para R$ 230,00
São Bernardo	6% em abril	• Auxílio Alimentação – de R$ 220,00 para R$ 440,00		
São Caetano	2,87% em março	2% em junho	2,13% em setembro	
São Paulo	5% retroativo a maio			• Reajuste de 31,8% no piso salarial • Aumento de R$ 50,00 no vale-alimentação • Reajuste de14% no auxílio-refeição

Novos pisos salariais

Embora a reivindicação de reajuste para a valorização do piso salarial da PMD constasse das pautas desde 2005, foi só a partir da Campanha Salarial de 2017 que os servidores passaram a reivindicar o enquadramento dos Agentes de Cozinha I na Referência Salarial 2 e extinção da Referência 1. Apesar de registrar que havia sido acordado com o SINDEMA a mudança da referência salarial dos Agentes de Cozinha I assim que a Lei de Responsabilidade Fiscal permitisse, o governo Lauro Michels encerrou sua gestão, no final de 2020, sem cumprir o acordo.

Em 2021, a PMD alegou as proibições da LC 173 para a concessão de reajuste e aumento salarial. Mas, depois de longos debates em cinco rodadas de negociação, a Direção do SINDEMA arrancou da Administração Municipal o reajuste na Referência 1 para garantir a equiparação com o Salário Mínimo Paulista (passando de R$ 1.106,15 para R$ 1.163,55) e a aplicação da Lei do Piso Nacional dos Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e Agentes de Controle de Endemias (ACE), de acordo com a Lei Federal nº 13.708/2018 (passando de R$ 1.400,49 para R$ 1.550,19).

O SINDEMA vinha promovendo debates nos locais de trabalho sobre o Piso Nacional dos ACSs e ACEs e sobre a revisão na base de cálculo do adicional de insalubridade desses profissionais (Lei Federal nº 13.342/2016), cobrando da Prefeitura, desde 2020, a garantia do pagamento do novo piso nacional a partir da sua vigência, em janeiro.

Foi só depois da paralisação de 19 de maio de 2022 que a categoria conquistou o enquadramento na Referência 2 para Agentes de Cozinha e o pagamento do novo piso de dois salários mínimos para ACSs e ACE (Emenda Constitucional nº 120, de 05/05/2022) e ambos os valores começaram a ser pagos respectivamente a partir de junho e julho/2022. O salário-base dos Agentes de Cozinha I, entre 2021 e 2022, passou de R$ 1.106,15 para R$ 1.523,89 e o salário-base dos ACSs e ACEs passou de R$ 1.400,49 para R$ 2.596,59.

• Formação

Ao longo dos últimos anos, o SINDEMA realizou várias ações de caráter formativo, para esclarecer e conscientizar os servidores sobre direitos e assuntos referentes a seu cotidiano enquanto trabalhadores e cidadãos. Entre eles, destacam-se:

a • Seminário "Diálogos Necessários: Educação, Diadema e Pandemia"– em seis encontros virtuais, durante 2020, foram debatidos os seguintes temas: Educação em tempos de pandemia; Os desafios da Educação Infantil durante a pandemia; Os desafios da Educação Fundamental e EJA nas escolas de Diadema durante a pandemia; Experiências de outras redes de ensino durante a pandemia; Os desafios da família e Comunidade Escolar na pandemia; Educação no pós-pandemia.

b • Conheça e defenda seus direitos – direitos que constam no Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema e demais legislações municipais;

c • Educação e legislação: a luta da Educação Básica de Diadema – teve mais de 150 inscritos e foi ministrado de forma online, em outubro/2021;

d • Articula Tecnologias – conceitos básicos de ferramenta de informática e computação, idealizado pelo programa Articulações (Universidade Federal de São Paulo – Campus Diadema) em parceria com o SINDEMA (2020, 2021 e 2022);

e • Cursinhos Preparatórios – Apoio e Preparação para o Mestrado – Parceria com Escolas e Serviços – Escola de Cidadania – Projeto de Extensão (2020/2021);

f • Como domina a classe dominante e como acabar com isso – promovido pelo SINDEMA em parceria com a Escola Latino-americana de História e Política (2022);

g • Direitos Humanos e Segurança Pública, uma reflexão sobre as lutas sociais no Brasil e o papel democrático dos guardas municipais – ministrado pela Universidade Federal do ABC, em parceria com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo, a Federação dos Trabalhadores Municipais de São Paulo, a Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos da Central Única dos Trabalhadores e o SINDEMA (2022), com carga horária 80 horas;

h • Orçamento Público: FUNDEB e o Direito à Educação – parceria SINDEMA / SINDSERV-SBC / FETAM-SP / DIEESE / Departamento de Formação SINDSERV -SBC, com organização da professora Sônia Maria Portela Kruppa. Carga horária: 40 horas (20 horas online e 20 horas de estudos: leitura, exibição e debates de filmes, análise de podcast), com certificado.

• Reforma da sede do SINDEMA

Em julho de 2020 foi concluída a reforma da sede do SINDEMA, com ampliação do número de salas, criação de espaço destinado ao estúdio de gravação de mídias, novos layouts em todos os pavimentos e pintura de um belo grafite na fachada, além da aquisição de novos mobiliários, computadores e impressoras.

1 - LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS

Os últimos seis anos no Brasil foram de luta incessante de resistência para preservar direitos num cenário de destruição para toda a classe trabalhadora: autorização e incentivo para a terceirização e privatização sem limites dos serviços públicos; aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que congelou o orçamento do Estado por 20 anos; reforma trabalhista; reforma da Previdência e destruição das políticas públicas e sociais, provocando mais miséria, fome, desemprego, violência, desesperança. Isso levou a um verdadeiro caos social, que é sentido concretamente no espaço onde a população mora, trabalha e demanda por saúde, educação, assistência social, habitação, esporte, cultura, lazer, infraestrutura, ou seja, nos municípios.

Os funcionários públicos municipais de Diadema não saíram ilesos desses ataques. O golpe de 2016 abriu caminho para a constante ameaça e a efetiva retirada de direitos da classe trabalhadora e os servidores sentiram por aqui esses efeitos.

Em abril de 2017, o governo Lauro Michels publicou um decreto constituindo uma "Comissão para Revisão do Estatuto". Na formação desta comissão, o SINDEMA já enxergou um risco iminente à retirada de direitos e iniciou a mobilização da categoria. No início de outubro daquele ano, por meio de notícia veiculada em jornal da região, os servidores tiveram confirmação do "pacote" da Administração Municipal para a **Revisão do Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema**. Tal "modernização" defendida pelo prefeito nada mais era do que a retirada de direitos como quarta-parte, biênios, falta abonada, licença-prêmio, licença para acompanhamento de familiar doente (Artigo 142), férias e até liberação para o mandato sindical.

Os servidores foram à luta: realizaram atos que lotaram a Câmara Municipal e arrancaram dos vereadores, por meio de requerimento aprovado, o compromisso de que não votariam, em regime de urgência ou em sessão extraordinária, qualquer projeto que dispusesse sobre a alteração de direitos do funcionalismo público. No dia 26 de outubro de 2017 a categoria realizou uma das maiores mobilizações dos últimos anos: a PARALISAÇÃO GERAL CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS, aprovando o Estado de Greve e a deflagração de novo movimento grevista ao menor sinal de que o projeto seria votado pelos vereadores.

A Secretaria da Educação trilhou o mesmo caminho e, em meados de agosto de 2017, decidiu fazer a revisão do **Estatuto do Magistério**. Depois de muita luta dos servidores, foi garantido que os representantes eleitos pelos professores, em assembleia convocada pelo SINDEMA, fizessem parte da Comissão de Revisão do Estatuto. Mas, avaliando a mobilização nas lutas contra a Revisão do Estatuto dos Funcionários Públicos, a proposta não foi adiante.

Como não conseguiu alterar as leis para retirar os direitos garantidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos e o Estatuto do Magistério, foi através de "novas interpretações" dessas leis que o governo Lauro Michels procurou, com "lupa", onde poderia "cortar na carne" direitos dos trabalhadores públicos municipais. Começando por onde já tinha trabalho precário, a ordem foi precarizar ainda mais, a "bem do serviço público":

a • Corte da Jornada Suplementar no caso de afastamento do professor por motivo de doença e "nos casos de acidente de trabalho", esse último revertido pela atuação do Sindicato;
b • "Calote" no pagamento de um terço de férias para os professores que suplementam: antes dessa mudança, a média da Jornada Suplementar realizada pelo professor no ano incidia sobre o cálculo das férias (salário e um terço) que recebia; com a nova regra, a média da suplementação deixou de ser paga. O SINDEMA promoveu atos e protestos denunciando a retirada desse direito e ingressou com ação judicial que ainda está tramitando (aguardando decisão do relator no STJ - Superior Tribunal de Justiça);
c • Modificação no apontamento da Hora-Aula que complementa a Jornada Suplementar, para impor mais prejuízos aos professores;
d • "Calote" na mudança da forma de cálculo das férias: a média de hora extras realizada no ano deixou de ser computada no cálculo das férias dos servidores estatutários;
e • Suspensão do pagamento da insalubridade nas férias para todos os servidores da Administração Municipal, com base no inciso III do artigo 8º do Decreto nº 6.678, de 3 de novembro de 2011, que regulamentou a concessão de insalubridade aos serviços de Saúde e que, desde aquele ano, nunca havia sido aplicado. Embora o SINDEMA tivesse questionado e debatido com a Prefeitura as contradições do decreto e as possíveis ilegalidades contidas no inciso III desse artigo, essa interpretação e a suspensão do pagamento da insalubridade nas férias prevaleceram até o fim da gestão Lauro Michels.

Em 2019 e 2020, o direito à reposição da inflação nos salários foi negado aos servidores municipais. Sob a justificativa de que as despesas com pessoal da Prefeitura ultrapassavam o limite legal da Receita Corrente Líquida (a despesa com pessoal chegou a 52,54% e 52,99% da RCL nos dois primeiros quadrimestres de 2019), o prefeito Lauro Michels usou a prerrogativa da Lei de Responsabilidade Fiscal e deu o "calote" nos trabalhadores municipais. Em 2020, só para repor a inflação de 2019 e 2020, era preciso 8% de reajuste. O governo propôs pagar apenas 4%, e ainda dividido em quatro vezes: em abril, julho, setembro e dezembro. A categoria rejeitou a proposta em assembleia realizada com a casa cheia em 6 de março de 2020. Mas a pandemia da Covid-19 chegou e a paralisação da categoria e a assembleia que aconteceria no dia 18 de março tiveram de ser suspensas.

O SINDEMA exigiu medidas urgentes e denunciou a falta de condições de trabalho e de materiais de higiene e proteção individual em todas as Secretarias onde havia trabalho presencial. Pelo menos quatro documentos foram entregues à Prefeitura reivindicando medidas de proteção aos servidores frente à pandemia. O prefeito foi à Justiça

para censurar as publicações do Sindicato, exigindo a "imediata retirada dos conteúdos das redes sociais do SINDEMA", a proibição da divulgação por outros meios e cobrando "danos morais" da entidade. A direção do Sindicato encaminhou denúncia ao Ministério Público do Trabalho e à Vara da Fazenda Pública de Diadema contra a Prefeitura, depois de tentar, por todos os canais possíveis, retomar as negociações com o governo.

Num dos momentos mais críticos do enfrentamento da pandemia, quando a ação do serviço público foi, em muitos casos, questão de vida ou morte, os governos aproveitam para retirar direitos e atacar os servidores:

a • Reforma da Previdência chegou em Diadema: em abril de 2020, o prefeito enviou Projeto de Lei para a Câmara Municipal para aumentar o desconto do IPRED de 11 para 14% para os servidores da ativa e aposentados que recebem acima do teto do INSS;
b • Lei Complementar nº 173: o envio de recursos federais a estados, municípios e o Distrito Federal para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 foi condicionado à suspensão dos direitos do funcionalismo público em todo o Brasil, que teve benefícios congelados, proibição de aumento de salários e realização de concursos, além de congelar a contagem de tempo aquisitivo para concessão de novos biênios, quarta-parte e licença-prêmio entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021. O SINDEMA promoveu vários debates sobre os efeitos dessas medidas com a categoria e entrou na Justiça contra a aplicação da lei do governo Jair Bolsonaro;
c • Projeto de Lei da Reforma Administrativa: foi enviado, em agosto de 2020, ao Congresso Nacional pelo presidente Bolsonaro.

A eleição do prefeito Filippi e a constituição do novo governo municipal em 2020 gerou a expectativa, em parte do funcionalismo, de que haveria "maior escuta e maior zelo pelos direitos" dos trabalhadores que estão na linha de frente da execução das políticas públicas na cidade. Parte das antigas chefias, servidores de carreira e outros, indicados pelo governo anterior (gestão de Lauro Michels), permaneceram ou foram novamente comissionados. Outras interpretações sobre os direitos começaram a aparecer:

a • Na Secretaria de Saúde, a orientação dada aos servidores era para não registrar a biometria (nem entrada e nem saída) nas convocações para o trabalho extraordinário para as Campanhas de Vacinação, situação que imediatamente o SINDEMA denunciou e reverteu;
b • A convocação para cumprimento de jornada de trabalho extraordinária continua sendo feita em sistema de Banco de Horas na Prefeitura, mesmo sem existir Acordo de Banco de Horas desde 4 de setembro de 2015, o que torna irregular esta forma de convocação, situação já apontada para a Administração pelo SINDEMA inúmeras vezes;
c • No governo Filippi, na Saúde e em outros setores da Prefeitura, o exercício do direito do servidor público é "condicionado" e "balizado" pela avaliação que a chefia faz do seu "merecimento ou mérito": para exercer seu direito, o servidor precisa "merecer"

na avaliação de sua chefia. Por exemplo, para ter a falta abonada, a chefia "avalia" se o servidor não tem atrasos ou se é "bom servidor", mesmo que não haja previsão legal para essa avaliação; para a concessão de licença-prêmio, a chefia avalia se não teve afastamentos médicos, a exemplo de práticas adotadas antes pela Administração do prefeito Lauro Michels;

d • Na SASC, a Circular nº 226/2021 proibiu as faltas abonadas às segundas e sextas-feiras, em desacordo com o que está previsto no Artigo nº 124 do Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema e no Decreto nº 4.748/95, que disciplina a aplicação das faltas abonadas, além de não considerar as realidades e as rotinas dos serviços, a dinâmica e fluxos de trabalho no âmbito da Secretaria. A proibição das faltas abonadas às segundas e sextas-feiras fere a autonomia das chefias imediatas. Quando a gestão foi questionada para apontar quais serviços não estavam atendendo adequadamente e quais munícipes ficaram sem atendimento, não houve resposta. Os problemas do serviço público ocorrem justamente pelo sucateamento das políticas públicas causado, entre outras coisas, pela falta de concursos e a sobrecarga de trabalho dos servidores. A questão foi tratada pela gestão como se o problema fosse de pouco trabalho e excesso de folgas. Mas os serviços da SASC não pararam seus atendimentos, mesmo nos momentos de pico de óbitos em decorrência da Covid-19. O problema central não se resolve e nem mesmo é atenuado com a proibição de faltas abonadas em dias específicos, até porque estamos discutindo, no máximo, seis faltas no decorrer de 365 dias, limitando-se a uma por mês. A questão principal é que essa proibição representa autoritarismo e visão pejorativa a respeito do funcionalismo público por parte da Administração;

e • Foi preciso pressão dos professores e cobrança em reunião da Mesa Setorial da Educação, realizada em 28 de abril de 2021, para que a Secretaria começasse a "destravar" a atribuição da Jornada Suplementar, quando muitos professores já estavam, desde o início do ano, fazendo o acompanhamento de inúmeras turmas, através de Hora-Aula. Foi preciso também pressão para que a SE regularizasse, com quase seis meses de atraso, o pagamento da suplementação dos coordenadores pedagógicos que, até então, sempre era pago no mês de janeiro e que havia sido cortado em 2021;

f • O direito ao Abono Regência, mesmo em regência de sala através do ensino remoto durante a pandemia, não foi reconhecido pela Administração anterior. Após muita luta e mobilização da categoria junto com o SINDEMA, no dia 20 de maio de 2021 a Secretaria da Educação retomou o pagamento do Abono Regência para os professores, sendo considerado o mês de maio como referência. No entanto, não foi respeitado o direito ao Abono Regência retroativo ao período de maio de 2020 a maio de 2021, quando os professores estavam em regência de sala nas aulas remotas;

g • Os professores relatam a divisão constante das turmas para suprir a falta de professor substituto ou módulo nas escolas. Além da responsabilidade sobre os alunos de sua turma, o professor acaba sendo responsável também pela regência das aulas de alunos das turmas de outros profissionais. Nestes casos, recebem obrigatoriamente Hora-Aula para continuar em sala no seu período de planejamento, gerando duplicidade de pagamento no horário de trabalho (e não cumprimento da jornada de

planejamento de forma satisfatória e com qualidade). Além disso, os professores que suplementam não têm garantido este um terço de jornada para planejamento. Desde 2017 não ocorre a atribuição da vaga do 2º minigrupo das Escolas de Educação Infantil (creches) e essa vaga acaba sendo ocupada por professores que assumem de forma precária essas turmas;

h • Compensação das emendas de feriados: a PMD alegou que havia uma decisão do governo de manter os serviços públicos funcionando normalmente nas emendas de feriados, com exceção da Educação. No entanto, a pressão da categoria fez com que a Administração, a cada emenda de feriado, publicasse novo decreto suspendendo o atendimento nas repartições públicas. Mas a "conta" da compensação chegou agora, no fim de 2022, e os servidores compensarão esses dias até fevereiro de 2023, gerando revolta pela falta de planejamento e organização da Administração Municipal, o que acaba impactando na vida de cada servidor;

i • Obrigatoriedade dos sábados letivos na Educação: no Calendário Administrativo de 2022, a Prefeitura determinou a obrigatoriedade do trabalho aos sábados para a compensação das emendas de feriado, já que nas escolas municipais, diferente de todos os demais equipamentos da PMD, não haveria expediente nessas datas. A medida causou grande revolta e descontentamento dos servidores da Educação, que durante anos lutaram para conquistar o fim da obrigatoriedade do trabalho aos sábados. Para piorar ainda mais a situação, uma Circular foi publicada pela SE informando que não seriam aceitos sequer atestados médicos nos sábados que deveriam ser trabalhados. Essa orientação ilegal foi questionada pelo SINDEMA e a SE comprometeu-se a revê-la;

j • O Horário de Trabalho Presencial Coletivo (HTPC) passou a ser exigido pela SE, revoltando parte dos professores, principalmente no caso daqueles que o realizam no período noturno em escolas da rede que enfrentam graves problemas com a falta de segurança;

k • O Acordo Coletivo 2021-2022, aprovado pela maioria dos servidores presentes na Assembleia do dia 24 de maio de 2022, ainda que represente avanços em relação às demais reivindicações econômicas, não repôs a inflação acumulada no período para todos os servidores públicos. Funcionários públicos de nível universitário e professores tiveram apenas reposição de parte da inflação do período e não houve avanços do ponto de vista da garantia de direitos e da melhoria das condições de trabalho;

l • Implantação da Lei do Piso: a Lei 11.738/2008 determina, em seu Artigo 2º, que a jornada de trabalho de professores deve ser composta por dois terços para o desempenho das atividades de interação com os educandos e um terço para atividades extraclasse (preparar aula, correções de provas, planejamento etc.). Na Rede Municipal de Ensino de Diadema, desde 2008 a categoria, em conjunto com o SINDEMA, luta pela garantia desse direito, mas só agora, em outubro de 2022, a PMD passou a cumprir a decisão da Justiça decorrente da ação movida pelo SINDICATO em 2013. Porém, a forma como está sendo implementada pela Administração Municipal tem sido objeto de inúmeros questionamentos e incertezas por parte daqueles que deveriam ser os primeiros a comemorar um direito pelo qual lutaram por tantos anos.

A ausência de debate prévio sobre a proposta de implantação e a falta de resposta às dúvidas e aos inúmeros questionamentos dos trabalhadores têm gerado revolta e descontentamento. A SE não aceitou sequer pautar o debate sobre a possibilidade de ampliar o tempo destinado à realização do horário de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL); pelo contrário, estabeleceu a obrigatoriedade de cumprimento do horário de trabalho pedagógico na escola. Entretanto, como faltam professores na rede e falta organização do processo de implementação do direito, a SE optou por "remunerar" e pagar a Hora-Aula para os professores que estão abrindo mão do exercício do seu direito ao tempo destinado ao trabalho pedagógico para assumir a aula na sua própria turma, autorizando ainda a realização do horário de trabalho pedagógico fora da escola, em local de livre escolha. Situações como essa geram questionamentos sobre a garantia, de fato, do direito assegurado pela Lei 11.738/2008;

m • Licenças Médicas e Licença para Acompanhamento de Familiar (afastamentos de servidores por até um dia): em meados de agosto, a Administração Municipal, sob a justificativa de adequar essas licenças às exigências da EC nº 109 (Reforma da Previdência) e da Lei Municipal 485/2020, publicou o Decreto nº 8.174 "regulamentando" procedimentos de entrega de atestados e declarações e estabelecendo regras que, na prática, passaram a criar dificuldades e negar o direito do servidor de cuidar da própria saúde e o direito ao acompanhamento de familiares doentes, já que todos os atestados médicos e declarações apresentados (de horas ou de até um dia), após esse decreto, passaram a ser sistematicamente indeferidos pela Secretaria da Educação. Como a "nova regulamentação" é para toda a Prefeitura, os servidores das demais Secretarias que não tiveram atestados indeferidos temiam que esse mesmo procedimento fosse adotado. Sem obter resposta da Administração Municipal aos questionamentos e solicitações de reunião formalizadas pela Direção do SINDEMA, um grande ATO VIRTUAL, realizado nas redes sociais no dia 25 de agosto de 2022, expressou o descontentamento, a insatisfação e a revolta dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e, através de documento da Entidade Sindical, os vereadores foram informados sobre a retirada de direitos promovida pelo Decreto nº 8.174. Foi só com a grande paralisação do dia 15 de setembro, com a realização de atos na sede da Secretaria de Educação e SAGEP, na parte da manhã, e depois de um grande ato na Câmara, que a Administração de fato se comprometeu com a revogação dos pontos do Decreto que retiravam direitos dos servidores. Embora o SINDEMA tivesse insistido em negociar naquele mesmo dia a reposição do dia paralisado, a PMD recusou-se a debater, indicando nova data. A Assembleia da categoria realizada no início da noite do dia 15 de setembro aprovou por unanimidade a proposta que resultou das negociações entre a Direção do SINDEMA e os representantes do governo na Mesa de Negociação Coletiva;

n • Convênio Médico: em 2004, através da Lei Ordinária nº 2.311, a Administração Municipal transferiu a responsabilidade da gestão do convênio médico dos servidores públicos para o SINDEMA. Desde a falência do IPRED Saúde, a categoria vinha enfrentando muitos problemas por conta da instabilidade dos contratos que eram firmados entre a Administração e as operadoras de planos de saúde. Essa situação

fez com que a Direção do Sindicato, naquela época, aceitasse o encargo de assumir a gestão do convênio médico com a condição de que a Prefeitura arcasse com o repasse do subsídio, que deveria ser de 50% do valor do plano familiar básico para cada servidor. O subsídio no valor de R$ 110,98 (desde julho de 2019 sem reajuste), além dos valores descontados em folha de pagamento de cada servidor referente ao convênio médico, é repassado pela PMD ao SINDEMA para a quitação da fatura mensal emitida pela operadora do plano de saúde. Mesmo que, ao longo dos anos, nenhuma irregularidade tenha sido identificada na gestão do convênio médico pelo Sindicato, o Ministério Público determinou que a Prefeitura faça a licitação e a gestão do plano de saúde ou conceda ajuda de custo ao servidor a título de indenização, permitindo que ele abata o recurso do pagamento de seguro que vier a contratar (subsídio ou auxílio-saúde). Embora a reivindicação da categoria seja o pagamento do auxílio-saúde para todos os servidores, para que tenham a liberdade de escolha e possam optar livremente pelo plano e operadora que mais lhes interesse a partir de suas necessidades, a PMD decidiu fazer a licitação da empresa que atenderá os trabalhadores municipais. Com a licitação, cerca de quatro mil servidores ativos da PMD que possuem convênio médico com o SINDEMA perderão o direito ao subsídio pago pela Administração.

Diante da necessidade de empreender a luta cotidiana para manter direitos que já haviam sido conquistados, boa parte da categoria sente-se frustrada e insatisfeita com a política adotada pela atual Administração em relação ao funcionalismo público municipal. A expectativa era a de que as novas lutas dos servidores seriam para avançar em direitos e não para manter os que já foram conquistados e evitar retrocessos.

Momentos do 2º Congresso

O 2º Congresso do SINDEMA aconteceu num momento histórico, logo depois de os eleitores reafirmarem, pelo voto, a democracia e a retomada de políticas inclusivas no país. Durante o evento, os delegados e as delegadas, por sua vez, reafirmaram o compromisso com as lutas dos servidores por condições e relações de trabalho dignas, para que a categoria possa ser o fio condutor que assegure a democracia e as políticas inclusivas.

Solidariedade e reconhecimento também marcaram vários momentos, como a aprovação unânime de denominar a atividade como Congresso Sheila Pires de Camargo, em homenagem à servidora falecida em 2020. Nesta e nas páginas seguintes, estão algumas imagens do evento, que teve palestras, bons debates em grupo e em plenária, música nos intervalos e o apoio fundamental de funcionários do SINDEMA.

luta e avançar
nas conquis

SINDEM
17 E 18 DE NOVE
DICATO DOS FUNCI
CONGRESSO
SINDEMA

CONGRESSO
SINDEMA

CREDENCIAMENTO

CONGRESSO
SINDEMA

2 - LUTA POR UMA APOSENTADORIA DIGNA E POR DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

A Previdência Social foi uma das maiores conquistas da classe trabalhadora no Brasil. No entanto, só com a Constituição de 1988 avançamos nos direitos previdenciários, que são um dos pilares da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Assistência Social.

A Seguridade Social, tal como foi estabelecida em 1988, deveria prever atendimento universal, descentralizado e democrático, com gestão e financiamento solidário, envolvendo trabalhadores, empregadores, aposentados e governo.

Mas, desde 1998, dez anos após a promulgação da Constituição, os trabalhadores da iniciativa privada e os do setor público vêm enfrentando uma série de mudanças nas regras previdenciárias, que representaram perdas de direitos: mudança de tempo de serviço para tempo de contribuição, fator previdenciário, fim da paridade, mudanças na integralidade, contribuição dos inativos, teto máximo igual ao regime geral e instituição de previdência suplementar.

Porém, nada se compara ao retrocesso que o governo ultra neoliberal de Jair Bolsonaro impôs à classe trabalhadora em geral, e aos servidores públicos em particular, com a aprovação, no final de 2019, da contrarreforma da Previdência, por meio da Emenda Constitucional nº 103/2019. A garantia constitucional foi destruída pelo governo justamente por ser um mecanismo universal de distribuição de renda, de caráter solidário, sob a responsabilidade do Estado.

No bojo dessa contrarreforma está em disputa também a implantação da previdência privada que, só no âmbito dos Regimes Próprios do serviço público, pretende disputar mais de R$ 80 bilhões ao ano. Esse valor representava, em 2019, a receita dos institutos que abrangem mais de seis milhões de servidores civis ativos e três milhões de inativos e pensionistas.

Além disso, a contrarreforma alterou regras de aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que é administrado pelo **INSS**, e também do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União: a idade mínima passou para 65 anos para homens e 62 anos para as mulheres e o tempo mínimo de contribuição aumentou para 25 anos para que os trabalhadores tenham acesso a 60% do valor do benefício. No caso dos servidores, para receber o valor integral, o tempo de contribuição tem de ser, no mínimo, de 40 anos. O cálculo para apurar o valor do benefício passa a contabilizar todos os salários e não só os 80% mais altos, como era antes da contrarreforma. O resultado da aplicação dessa nova regra impactará no valor dos benefícios das futuras aposentadorias, que será bem menor do que os atuais.

Para os estados, o Distrito Federal e os municípios que têm Regimes Próprios de Previdência, algumas regras como, por exemplo, alteração na idade para aposentadoria, bem como tempo de contribuição, forma de cálculo da aposentadoria e a definição de regras de transição dependem de leis próprias que ratifiquem a adesão à EC nº 103/2019. Outras já valem desde 2019, mesmo no caso daqueles que não aderirem. São elas:

a • A alíquota de contribuição previdenciária do servidor deve ser, no mínimo, de 14% (igual à prevista para os servidores da União), ou a definição de alíquota progressiva entre 11 e 22%. Em Diadema, essa adequação foi promovida pela Lei Complementar Municipal n° 485, de 30 de abril de 2020, impactando diretamente no bolso de todos os servidores públicos da ativa e dos aposentados que recebem acima de R$ 7.087,22 (o teto do INSS): com o reajuste, as contribuições passaram de 11% para 14%;

b • Os RPPS estão proibidos de fazer o pagamento de benefícios temporários, como é o caso do auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-maternidade e salário-família. Esses benefícios continuam existindo e são pagos pela Prefeitura, mas agora como direito trabalhista e não mais como benefício previdenciário, conforme regulamentou o Decreto Municipal n° 7864, de 8 de janeiro de 2021.

Existem outras regras em vigor, tais como: prazo de dois anos para criação da previdência complementar (em Diadema, ela foi criada pela LC nº 505, de 8 de novembro de 2021); rompimento do vínculo para o servidor que se aposentar pelo RGPS (INSS); proibição de o município complementar o valor de aposentadorias concedidas pelo RGPS; e proibição da criação de novos RPPS.

A cidade que não fizer sua reforma e não cumprir com as outras obrigações previdenciárias perderá o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), ficando impossibilitada de receber transferências voluntárias federais, inclusive empréstimos de instituições financeiras estatais. Com a contrarreforma, essa exigência ficou constitucionalizada nos termos do Artigo 167, XIII, da Constituição Federal.

Desde a aprovação da EC nº 109/2019, o governo federal tem inviabilizado a organização e o funcionamento dos RPPS, adotando mecanismos de pressão sobre estados e municípios para que façam a adesão às regras estabelecidas e alterem suas legislações.

Isso resulta em profundos ajustes fiscais, com restrição a aumentos e reajustes salariais ao pessoal ativo e majoração de alíquotas dos servidores ativos e aposentados. No caso de Regimes Próprios de Previdência que possuem déficit atuarial, pode ser fixada a contribuição obrigatória para servidores aposentados que recebem mais do que um salário mínimo. Essa medida já foi implantada no estado de São Paulo, com a reforma promovida pelo governo: antes, só contribuíam se recebessem mais do que o teto do INSS; agora, são aplicadas alíquotas de 11% a 14% sobre os proventos de aposentados que recebem mais do que um salário mínimo.

Na realidade, a reforma não atacou a verdadeira origem dos problemas financeiros nos RPPSs: a terceirização crescente no setor público, que impactou muito a arrecadação previdenciária. Some-se a isso a má gestão dos governos, que utilizaram o fundo previdenciário para finalidades distintas, como já alertavam as entidades representativas dos trabalhadores nos debates realizados antes de aprovação da emenda constitucional pelo Congresso Nacional.

Quase todos os estados já aderiram ao novo regime. No âmbito municipal, do total de 2.151 cidades brasileiras que têm Regime Próprio de Previdência Social, apenas 12% implementaram as regras, entre elas São Paulo e, no caso do Grande ABC, Santo André e São Bernardo do Campo. Três outros municípios da região – Mauá, São Caetano do Sul e Rio Grande da Serra – não possuem RPPS (seus servidores são vinculados ao RGPS).

A situação da Previdência em Diadema

Em Diadema, a Previdência é gerida pelo IPRED (Instituto de Previdência Municipal de Diadema). Criado em 10 de janeiro de 1995 e regido pela Lei Complementar nº 220, de 2005 (em conjunto com a legislação federal que regulamenta o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência), é este instituto que programa e organiza as receitas para as aposentadorias, pensões e demais benefícios previdenciários dos servidores e seus dependentes.

Segundo dados apresentados em audiência pública do IPRED, referentes ao 1º quadrimestre de 2022, o Instituto possuía um total de 9.092 segurados, assim distribuídos:

1° QUADRIMESTRE DE 2022	
Servidores ativos	5.604
Servidores aposentados	3.091
Pensionistas	397
Total de segurados	**9.092**

No 1º quadrimestre de 2019, os números apresentados foram:

1° QUADRIMESTRE DE 2019	
Servidores ativos	6.241
Servidores aposentados	2.457
Pensionistas	292
Total de segurados	**8.990**

A simples comparação das tabelas já leva à identificação de um problema crônico para a manutenção do IPRED e dos RPPS espalhados pelo país: a cada ano cresce o número de servidores aposentados e pensionistas e diminui o de servidores ativos, graças à terceirização e à quarteirização, à contratação via Organização Social (OS), à ampliação de convênios com entidades que acabam por substituir os serviços prestados pela municipalidade, à precarização do trabalho via contratação por tempo determinado e à contratação de bolsistas e estagiários para substituir servidores concursados.

No quadro abaixo é possível constatar o que está acontecendo em Diadema:

	2014*	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022**
A- Servidores ativos	6.765	6.634	6.400	6.371	6.275	6.125	5.819	5.604
B- Servidores aposentados	1.394	1.771	2.004	2.268	2.561	2.787	2.959	3.091
C- Pensionistas	226	155	225	228	319	352	385	397
SUBTOTAL B + C (aposentados + pensionistas)	1.620	1.926	2.229	2.496	2.880	3.139	3.344	3.488
Total de Segurados (A+B+C)	8.385	8.560	8.629	8.867	9.155	9.264	9.163	9.092
Relação Ativos X Aposentados / Pensionistas	4,18	3,44	2,87	2,55	2,18	1,95	1,74	1,60

*Dados de 2014 a 2021: Base de Dados – Estudos Atuariais de 2015 a 2022

** Dados de 2022 – Extraídos da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre 2022

Traduzindo a tabela:

a • Em 2014, para cada servidor aposentado/pensionista, havia 4,18 servidores na ativa;

b • Em 2021, para cada servidor aposentado/pensionista, havia 1,74 servidores na ativa;

c • Em 2022 (dados do 1º quadrimestre), para cada servidor aposentado/pensionista, há 1,60 servidor na ativa.

A receita financeira do IPRED é composta por duas fontes principais:

a • **Parte dos servidores:** contribuição mensal de 14% dos vencimentos, descontada em folha de pagamento de todos os servidores ativos, e contribuição mensal de 14% sobre a parcela dos vencimentos dos servidores aposentados pelo IPRED que ultrapassa o teto do INSS (acima de R$ 7.087,22);

b • **Parte da Prefeitura:** repasses mensais da alíquota patronal de 16% sobre a base de cálculo das contribuições dos servidores ativos (esse percentual passou a valer em agosto de 2021; antes, entre maio de 2020 e julho de 2021, a alíquota era de 14%).

Além da contribuição patronal, existe a "contribuição adicional" ou "alíquota suplementar" para amortizar o déficit atuarial.

Todo ano os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) devem fazer um estudo técnico para determinar o recurso financeiro necessário para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões de todos os seus servidores segurados. Esse estudo é baseado em cálculos matemáticos e estatísticos que consideram, entre outros fatores, a expectativa de vida, dados de mortalidade da população, projeção de rendimento de aplicações financeiras e média salarial dos servidores para se fazer uma projeção para os 75 anos seguintes. O estudo diz se os recursos financeiros que estão sendo arrecadados são suficientes ou não. Quando, de imediato, são insuficientes, existe o "déficit financeiro"; e quando se mostram insuficientes na projeção para os próximos anos, existe o "déficit atuarial".

No caso do IPRED, os estudos vêm apontando "déficit atuarial" e, por lei, a Prefeitura deve indicar saídas para resolvê-lo.

Desde 2009 existem leis estabelecendo o percentual que a PMD deve pagar, ano a ano, como contribuição adicional ou alíquota suplementar, para amortizar o déficit atuarial. Em 2009 a contribuição adicional era de 1,51%. Em 2019, era de 26,10% e de 2020 a 2024, deveria ser de 31,92%.

RELATÓRIO ATUARIAL DE 2017	
Déficit atuarial em 31/12/2016	R$ 1.185.744.750,77
Déficit equacionado pelas alíquotas suplementares	R$ 1.132.868.816,53
Diferença do déficit a ser equacionada	R$ 52.875.934,24

RELATÓRIO ATUARIAL DE 2021	
Déficit atuarial em 31/12/2020	R$ 2.237.452.763,36
Déficit equacionado pelas alíquotas suplementares	R$ 1.132.868.816,53
Diferença do déficit a ser equacionada	R$ 1.104.583.946,83

Ao examinar ambos os quadros, comprova-se quão devastadora foi a gestão do prefeito Lauro Michels para o Instituto de Previdência do Servidor de Diadema: o déficit atuarial aumentou R$ 1.051.708.012,59, ou seja, 89% em quatro anos. A Prefeitura deixou de repassar ao IPRED R$ 140 milhões em 2018, mais de R$ 202,5 milhões em 2019 e R$ 206,7 milhões em 2020, segundo dados apresentados nas Audiências Públicas.

No entanto, vale lembrar que, ano a ano, as Administrações Municipais acumularam dívidas por não repassarem a contribuição patronal e a alíquota suplementar. Deixaram acumular também os "Acordos de Parcelamento das Dívidas da Prefeitura de Diadema com o IPRED" que impactam nos déficits atuariais do Instituto, situação que fez com

que o Instituto de Previdência Social de Diadema perdesse seu CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP) desde janeiro de 2019.

A Prefeitura vem desviando descaradamente os recursos para supostamente devolvê-los em suaves prestações com juros, nos acordos de parcelamentos dos débitos previdenciários que se arrastam desde 1996. Reconstituindo, eles ocorreram em 1996, 1998, 1999, 2002, 2010 (dois acordos), 2011, 2013, 2015, 2016, 2019 e o último, firmado pelo prefeito Lauro Michels no apagar das luzes de 2020, referente aos débitos previdenciários acumulados desde abril de 2017, está sob análise da Secretaria de Previdência Social.

Esses acordos devem ser submetidos ao Conselho Deliberativo do IPRED e dependem da aprovação da Câmara Municipal e de autorização do governo federal, através da Secretaria de Previdência Social, o que não ocorreu com o de 2020. Vale destacar que, na maioria das vezes, esses acordos não são cumpridos e novos acordos são gerados.

Em 28 de janeiro de 2021, um grupo de cerca de 50 servidores atendeu à convocação do SINDEMA e participou de Plenária Virtual realizada com representantes do governo José de Filippi. Na plenária, esses representantes assumiram o compromisso de sanar os problemas financeiros do IPRED que se acumularam nas duas gestões do prefeito Lauro Michels através de: regularização dos pagamentos da parte patronal devida, que não estavam ocorrendo nos 11 meses anteriores; busca de novo parcelamento para o pagamento de cerca de R$ 310 milhões em 200 parcelas referentes aos reparcelamentos de acordos já firmados e dívidas previdenciárias até março de 2017; articulação com outros prefeitos para buscar a negociação com a Secretaria da Previdência Social para parcelar dívidas posteriores a 2017 em 200 meses; e realização de novo recadastramento dos servidores ativos e aposentados em 180 dias para, a partir de bases mais atualizadas, fazer novo estudo atuarial com um plano para equacionar o déficit, definindo aportes financeiros por parte da PMD. Como contrapartida a essas ações, a Prefeitura condicionou a suspensão da alíquota suplementar pelo período de seis meses, conforme constou da Lei Complementar nº 488/2021, de 29/01/2021.

Novo parcelamento foi autorizado pela Câmara Municipal por meio da Lei Complementar nº 511/2021, de 17 de dezembro de 2021, desta vez para pagamento de débitos totalizados em R$ 69.885.449,00, relativos a valores de contribuições patronais em atraso do período de maio de 2018 a novembro de 2020.

Os quadros abaixo trazem os parcelamentos vigentes atualmente que, somados, correspondem a R$ 6.660.961,96 (despesa mensal da PMD para quitar apenas essas parcelas).

ACORDO	VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	VALOR ATUALIZADO
349/2021	28/03/2022	R$ 554.820,97	R$ 578.348,15
351/2021	28/03/2022	R$ 1.782.008,63	R$ 1.857.574,71
308/2021	28/03/2022	R$ 2.155.880,00	R$ 2.247.300,09
309/2021	28/03/2022	R$ 224.010,60	R$ 233.509,77
		TOTAL	**R$ 4.916.732,72**

Dados da Prestação de Contas - IPRED (atualizado até 31/05/2022)

ACORDO	VENCIMENTO	VALOR DA PARCELA	VALOR ATUALIZADO
960/2021	28/03/2022	R$ 979.960,34	R$ 1.048.918,19
968/2021	28/03/2022	R$ 649.600,00	R$ 695.311,05
		TOTAL	**R$ 1.744.229,24**

Dados da Prestação de Contas - IPRED (atualizado até 31/05/2022)

	TOTAL GERAL	**R$ 6.660.961,96**

A LC 511/2021 adiou até 30 de junho de 2022 a apresentação de um novo plano de amortização do déficit, a partir de cálculo atuarial atualizado. Contudo, isso não ocorreu até o presente momento. Ou seja, o pagamento de qualquer alíquota suplementar está suspenso desde janeiro de 2021.

Os dados do Relatório Atuarial de 2022 apontaram o déficit de R$ 1.981.693.534,57 em 31/12/2021 (redução de R$ 255.759.228,79 em relação ao déficit atuarial apurado em 31/12/2020).

A Prefeitura tem realizado os repasses da alíquota patronal em dia; porém, no final de outubro de 2022, em reunião do Conselho Deliberativo do IPRED, os representantes dos trabalhadores foram informados que desde o mês de junho a Administração tem atrasado e até deixado de pagar os Acordos de Parcelamento.

Hoje a despesa do IPRED, para pagamento das aposentadorias e pensões, passa de R$ 18 milhões/mês. A projeção para 2023 é de que haverá aumento médio mensal de 22 novas aposentadorias e três novas pensões. Para o Instituto "empatar" receita e despesa em 2023, a receita para o próximo ano deveria ser de R$ 307 milhões. No entanto, na proposta orçamentária do governo Filippi para 2023, a receita prevista é de R$ 250 milhões; logo, o "calote" de R$ 57 milhões no IPRED já está previsto na Proposta Orçamentária do governo.

3 - LUTA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO EM DIADEMA

Sob o pretexto de aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços e, assim, melhor atender o cidadão a um menor custo, o neoliberalismo constrói a ideia errônea de que o Estado deve ser mínimo, possibilitando a transferência completa dos serviços públicos à iniciativa privada.

Essa foi também a justificativa apresentada pela Administração Municipal, recentemente, em texto veiculado em seu site* no dia 10 de junho de 2022, para "comemorar" a notícia de que, "para agilizar os reparos na iluminação pública, a Prefeitura de Diadema contratou, via licitação, uma empresa para realizar a manutenção da iluminação pública que até então era realizada pela própria Prefeitura, por meio da Secretaria de Obras". *(* http://www.diadema.sp.gov.br/28162-manutencao-na-iluminacao-publica-avanca-em-diadema)*

Mas não é só nessa área que isso ocorre. A terceirização dos serviços públicos cresce a cada dia na Prefeitura de Diadema: na Secretaria de Habitação, por exemplo, desde os projetos de urbanização até o trabalho social dos Programas Habitacionais hoje são realizados quase que totalmente por empresas terceirizadas e elas utilizam-se do próprio funcionalismo público, já que não têm nenhum elo com a comunidade.

Para dar conta do atendimento das famílias que buscam o cadastramento para os programas sociais (Cadastro Único ou CadÚnico), além da contratação de novos estagiários, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania contratou empresa privada para realizar a atualização cadastral dos beneficiários do BPC (Benefício da Prestação Continuada) e do Auxílio Brasil. O serviço de recapeamento de ruas, construção, reformas e manutenção de próprios municipais é terceirizado.

Na Secretaria de Meio Ambiente, o plantio e a poda de árvores também estão a cargo de empresas terceirizadas e parte dos serviços de manutenção de parques e jardins, quando não são realizados por empresas privadas, são executados por bolsistas dos programas sociais Bolsa Trabalho e Bairro Melhor. Na Secretaria de Cultura, desde a montagem de palcos até todos os serviços de iluminação e sonoplastia dos eventos são terceirizados.

Nas escolas municipais, a empresa terceirizada responsável pela segurança foi substituída por outra, para o serviço de zeladoria nas unidades escolares. Quanto à alimentação escolar, depois de muita luta dos trabalhadores, ela deixou de ser terceirizada há nove anos, mas ainda não conta com quadro completo de servidores estatutários e depende atualmente de trabalhadores contratados por tempo determinado pela PMD.

Já nos equipamentos de Saúde, toda a parte de vigilância patrimonial, lavanderia, limpeza e conservação está sendo realizada por empresa quarteirizada, ou seja, a empresa terceirizada, a SPDM, contrata outras empresas para executar esses serviços.

A terceirização e a privatização dos serviços públicos avançam também através de mecanismos sutis, das parcerias que a Administração realiza com "entidades filantrópicas", também denominadas "entidades sociais ou assistenciais" ou ainda "entidades do terceiro setor" que, na prática, funcionam como empresas privadas e passam a exercer a função do Estado. Muitas Organizações Sociais (OSs) têm se beneficiado das brechas e das "facilidades" da lei para usufruírem das vantagens de "entidades filantrópicas" para captação de recursos públicos e para obterem benefícios fiscais, ao mesmo tempo em que atuam com empresas privadas que investem seus "lucros" (excedentes) no mercado financeiro e remuneram seus dirigentes como na iniciativa privada.

Entre 2019 e 2022, os municípios do Grande ABC repassaram R$ 8,9 bilhões para "instituições do terceiro setor". Desse total, R$ 7,9 bilhões (88%) foram repassados para instituições, entidades filantrópicas e organizações sociais que atuam na área da Saúde. Esses recursos públicos foram transferidos por meio de contratos de gestão, auxílio ou subvenção, termos de colaboração, entre outras formas de parceria com os municípios, segundo dados do Tribunal de Contas de São Paulo, de acordo com notícia veiculada em 9 de outubro de 2022 por jornal da região. Na lista dos R$ 8,9 bilhões para o terceiro setor estão projetos esportivos, repasses para APMs (Associações de Pais e Mestres), instituições de acolhimento e assistência a pessoas em vulnerabilidade social, entre outras, sendo que esses repasses não são acompanhados pelo funcionalismo.

Veja alguns exemplos de terceirização via parceria com Organizações Sociais em Diadema:

a • Na Secretaria de Educação, por meio dos Convênios de Cooperação Técnica e Financeira com entidades assistenciais para oferta de vagas em creche ou reforço escolar para alunos da rede no contraturno;

b • Na Secretaria de Esporte e Lazer, os Termos de Cooperação Técnica são realizados com entidades sociais para execução de projetos como "Escolinha de Futebol", "Aulas de Práticas Corporais" ou ainda para fazer a "gestão democrática dos equipamentos e qualificar ações de esporte e lazer na cidade";

c • Na Secretaria de Assistência Social, os Termos de Colaboração visam ao atendimento social às famílias, às crianças, aos adolescentes, aos idosos e à população em situação de rua (Proteção Básica, Especial e Vigilância Socioassistencial).

d • Na Secretaria de Cultura anualmente ocorre a contratação de oficineiros por meio de editais, o que evidencia a redução do quadro dos servidores públicos para manutenção e ampliação dos serviços, além da grande presença de comissionados;

e • Na Secretaria de Obras, ao longo do tempo, serviços como o de manutenção de bocas de lobo, vias públicas, usina de asfalto, tapa buracos, galerias, entre outros, foram terceirizados.

Os Contratos de Gestão com OSs são também uma modalidade de terceirização e privatização dos serviços públicos.

Em maio de 2015, o governo Lauro Michels e a maioria dos vereadores não mediram esforços para aprovar a lei que autorizava a entrega da gestão da Saúde às Organizações Sociais. Os servidores municipais atenderam às convocações do SINDEMA e ocuparam a Câmara Municipal durante três tardes de maio, protestaram contra a lei e enfrentaram o aparato repressivo da Prefeitura e da Policia Militar: debaixo de pancadaria, gás de pimenta, tumulto e conflitos, a Lei das OSs na Saúde foi aprovada.

A mobilização e a luta dos trabalhadores impediram a votação da lei que concedia afastamento de funcionários públicos para as OSs naquele momento. No entanto, dois anos depois, na última sessão da Câmara Municipal, em dezembro de 2017, a Prefeitura conseguiu a aprovação da lei que autoriza o afastamento de servidores, de forma compulsória, para as Organizações Sociais, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens dos cargos de origem.

O primeiro Contrato de Gestão com Organização Social foi implantado somente em agosto de 2021 na área da Saúde. Quando muitos servidores tinham ainda a expectativa de que o governo Filippi adotasse um plano de reversão gradual das terceirizações, a Administração Municipal delegou para a empresa SPDM a gestão dos equipamentos públicos de Saúde pelo período de quatro anos.

A SPDM, que já atuava na Saúde em Diadema desde 2000, por meio de convênios, passou a ter a tarefa de realizar o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações em serviços da rede de assistência à Saúde no município, através de Contrato de Gestão.

Nesse caso, a Prefeitura de Diadema usou o argumento de que a adoção do Contrato de Gestão com Organização Social traria para o município a possibilidade de maior controle orçamentário frente a despesas com o modelo antigo (Convênio), pelo qual "os gastos anuais com a SPDM aumentaram em mais de 300%, passando de R$ 29 milhões em 2012 para R$ 130 milhões em dezembro de 2020 (ou seja, mais de R$ 10,8 milhões por mês)"*. No entanto, o controle orçamentário não tem se confirmado nesses 17 meses da vigência do Contrato de Gestão, já que o valor mensal pulou dos R$ 7 milhões anunciados inicialmente pela Secretaria de Saúde para R$ 20 milhões (conforme tabela abaixo). Isso, contudo, não significou aumento da prestação de serviços.

(http://www.diadema.sp.gov.br/saude/27058-novo-contrato-de-gestao-traz-melhorias-para-a-saude-de-diadema)*

	ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
Contrato de Gestão	02/08/2021	01/08/2021 a 30/06/2022 (11 meses)	R$ 79.420.624,57 Valor alterado pelo 4º Aditivo	R$ 7.220.056,77
1º Termo Aditivo do Contrato - Oftalmo	29/10/2021	01/11/2021 a 30/06/2022 (8 meses)	R$ 1.422.895,94	R$ 177.861,99
4º Termo Aditivo do Contrato – Implantação do CEO, CEMED, CAPSs, OS, SAMU	28/12/2021	01/08/2021 a 30/06/2022 (11 meses)	R$ 158.763.377,81 Sendo destinado a despesa com pessoal e reflexo o valor de R$ 116.032.053,26 e para serviços terceirizados R$ 12.940.276,40	R$ 14.433.034,30, dos quais R$ 10.548.368,50 são destinados a despesa com pessoal e reflexo e R$ 1.176.388,76 para serviços terceirizados
6º Termo Aditivo do Contrato	30/06/2022	01/07/2022 a 31/07/2022 (um mês)	R$ 20.889.455,69	R$ 20.889.455,69
CONTRATO DE GESTÃO – CUSTO 12 MESES			**R$ 181.075.729,44**	**R$ 15.089.644,12 CUSTO MÉDIO MENSAL ATÉ JULHO/2022**
7º Termo Aditivo do Contrato		01/08/2022 a 31/12/2022 (5 meses)	R$ 103.926.314,70 Sendo destinado a despesa com pessoal e reflexo o valor de R$ 77.580.107,62 e para serviços terceirizados R$ 9.414.028,95	R$ 20.785.262,80 custo médio por mês, dos quais R$ 15.516.021,50 são destinados a despesas com pessoal e reflexo e R$ 1.882.805,79 para serviços terceirizados

A terceirização e a transferência da gestão pública para Organizações Sociais não resolvem, nem, de forma alguma, são a solução para qualificar os serviços públicos de Saúde em Diadema; pelo contrário, representam aumento de gastos e oneram os cofres públicos e não são a garantia de atendimento de qualidade para a população. Faltam profissionais para a equipe mínima estabelecida no Contrato para cada unidade de Saúde, prejudicando a população e sobrecarregando os trabalhadores. As OSs atuam como empresas no cumprimento de metas de atendimento e os funcionários são pressionados a atender cada vez mais em menos tempo, deixando de lado a qualidade.

Outro aspecto que impacta na organização do trabalho é a rotatividade dos que são submetidos ao trabalho intermitente, parcial, autônomo e PJ, modalidades de contratação precárias previstas no Contrato de Gestão da SPDM e na prática de empresas quarteirizadas que estão sob seu comando.

Em toda a PMD, o quadro de servidores públicos está defasado e ao longo dos anos vem sendo substituído por trabalhadores terceirizados, conforme exemplos no caso da Secretaria da Saúde divulgados em abril de 2022 no Portal da Transparência:

a • 2013: dos 3.747 trabalhadores que atuavam na Saúde, 3.097 eram servidores públicos (bolsistas da Frente de Trabalho, comissionados, estagiários) e 650 eram funcionários da SPDM;
b • 2022: dos 3.503 trabalhadores que atuam na Saúde, 2.174 são servidores públicos (bolsistas da Frente de Trabalho, comissionados, estagiários) e 1.329 são terceirizados da SPDM.

Os funcionários aposentados ou exonerados nos últimos dez anos não foram repostos por meio do ingresso de novos aprovados em concurso público. Servidores de carreira estão sendo substituídos por trabalhadores contratados de forma precária pela Prefeitura de Diadema, através de programas sociais como o Bolsa Trabalho ou Bairro Melhor, por estagiários e por servidores contratados por tempo determinado, que hoje representam 23% do funcionalismo municipal, enquanto estatutários e celetistas não chegam a 73% de todo o quadro.

VÍNCULO / ANO	2011		2015			2021			2022		
CARREIRA	6.525	84,69%	5.380	5.932	78,42%	5.713	6.166	77,33%	5.809	6.242	72,98%
CARREIRA/COMISSÃO			64			57			57		
CONTRATADO (SERVIDOR CLT)			488			396			376		
COMISSÃO	395	5,13%	265	265	3,50%	333	333	4,18%	326	326	3,81%
ELETIVO			2	2	0,03%	17	17	0,21%	17	17	0,20%
CONTRATO TEMPORÁRIO	0	10,19%	247	1.365	18,05%	39	1.458	18,28%	267	1.968	23,01%
ESTAGIÁRIO	129		494			306			447		
BOLSISTA	656		624			1.113			1.254		
AUTÔNOMO	0		0			0			0		
TOTAL	7.705	100%	7.564		100%	7.974		100%	8.553		100%

A terceirização e os contratos precários de trabalho impactam diretamente na queda da arrecadação e na oxigenação do Instituto de Previdência do Servidores Públicos de Diadema, colocando em risco o direito à aposentadoria digna, conforme apontado neste Caderno no texto **LUTA POR UMA APOSENTADORIA DIGNA E POR DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS.**

O funcionalismo público tem papel crucial para garantir o direito e o acesso aos serviços públicos necessários à sociedade, sobretudo à classe trabalhadora, impossibilitada de recorrer a esses serviços no mercado. A ampliação da terceirização e a privatização trazem para dentro do serviço público a lógica da empresa privada que, por meio de contratos precários e provisórios, promove a instabilidade e a rotatividade dos trabalhadores, baixos salários e desrespeito aos direitos trabalhistas.

Ao longo dos anos, o SINDEMA tem denunciado e combatido sistematicamente o avanço da terceirização, da privatização e precarização do trabalho na Prefeitura e seus impactos sobre o presente e o futuro de todos os servidores municipais de Diadema.

***

Várias ações de nossa luta contra a terceirização estão retratadas no ***Encarte Especial do Jornal do Sindicato*** *de outubro de 2021. Na publicação, resgatamos o que ocorreu no período de 2007 a 2020 e as atividades desenvolvidas no ano passado.*
O ***Encarte Especial*** *pode ser conferido em https://sindema.org.br/maso/uploads/jornais/jornal_2041.pdf.*

4 - LUTA EM DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR, DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

O trabalho é determinante para o processo saúde-doença do trabalhador e tem um significado abrangente, que engloba as formas de organização laboral, de gestão, o processo de trabalho, suas situações e condições, as relações sociais, o ambiente e outros condicionantes. É a partir desse significado mais abrangente que podemos intervir nas causas que levam ao adoecimento dos trabalhadores, compreendidas não como consequência exclusiva de um fator traumático como acidente, mas também como resultado de um processo relacionado à forma como o trabalho é organizado e gerido.

Na Prefeitura de Diadema, muitos servidores ainda estão expostos a situações de risco constante: trabalham em condições precárias e insalubres em equipamentos públicos com fiação exposta, infiltração, vazamentos, rachaduras em paredes, piso e teto; iluminação inadequada (lâmpadas queimadas, luminárias quebradas); portas danificadas; paredes mofadas; pisos e pátios externos esburacados; tetos desabando; salas sem ventilação adequada; janelas emperradas; fiações elétricas antigas e em péssimas condições de conservação; cozinhas e banheiros sem piso antiderrapante; banheiros interditados por vazamentos ou com vasos sanitários quebrados ou ainda sem porta; mobiliário inadequado e/ou quebrado; falta de instrumentos de trabalho adequados, de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de uniformes, pois os que chegam aos setores não vêm em quantidade suficiente.

Em Unidades de Saúde como o Hospital Municipal, muitos servidores não têm armário para guardar seus pertences e acabam circulando nos ambientes carregando seus objetos pessoais. Além da falta de condições de trabalho, a insegurança nos equipamentos públicos municipais só aumenta; constantemente trabalhadores são assaltados na entrada das unidades e carros são roubados quando chegam no estacionamento.

Ainda na Saúde, as UBSs têm sido reformadas e pintadas, mas o mobiliário não é trocado, continua inadequado e até quebrado. No Hospital Municipal e demais unidades 24 horas, faltam leitos, roupas de cama e material de higiene para os pacientes internados. As camas hospitalares estão em péssimo estado de conservação e várias estão quebradas; faltam cadeiras de roda adequadas para o transporte de pacientes; faltam macas e carrinhos corretos para a distribuição da alimentação para os enfermos; faltam equipamentos adequados e em funcionamento para a esterilização de materiais e para a realização de exames. Em toda a Prefeitura não há computadores suficientes e os que são disponibilizados estão obsoletos. A maioria das impressoras não funciona.

Não há por parte do Serviço de Saúde do Trabalhador da PMD nenhuma informação pública sobre o adoecimento dos servidores decorrente de doenças relacionadas ao trabalho, tampouco sobre acidentes laborais. Durante a pandemia, por inúmeras vezes o SINDEMA cobrou da Administração Municipal dados sobre servidores contaminados,

afastados, que tiveram sequelas ou vieram a óbito em função da Covid-19. Nunca houve, por parte da Prefeitura, nenhuma resposta, nem sequer notas de falecimento foram publicadas sobre os muitos servidores que dedicaram a própria vida ao enfrentamento da pandemia.

De acordo com o relato de muitos funcionários, a Prefeitura não faz nenhum esforço para estabelecer o nexo entre as doenças apresentadas pelos servidores com o trabalho, mesmo no caso daquelas semelhantes às lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), causados pela prática de determinada atividade profissional como, por exemplo, no caso de Agentes de Cozinha.

Só a partir da publicação dos dados de adoecimento em decorrência de doenças e/ou acidentes de trabalho, no âmbito da Prefeitura, é possível realizar ações de prevenção e promoção em saúde do trabalhador.

As CIPAS (Comissões Internas de Prevenção aos Acidentes de Trabalho) da Prefeitura são regidas pela Norma Regulamentadora (NR nº 5, norma federal). O último Acordo Coletivo sobre a Constituição das CIPAS firmado entre o SINDEMA, as CIPAs e a Prefeitura data de 2017, ano em que ocorreu também a última eleição dos Cipeiros (representantes dos trabalhadores). No Acordo Coletivo há previsão de eleição das CIPAS a cada dois anos, porém desde 2019, a cada ano a Administração prorroga o mandato dos representantes dos servidores e não realiza as eleições; o resultado dessa prática é que hoje apenas a CIPA da Educação funciona, ainda que de forma precária. Todas as demais estão esvaziadas e desarticuladas.

Em pesquisa realizada pelo SINDEMA entre agosto e dezembro de 2020, os servidores indicaram os principais fatores que geram adoecimento no trabalho: mobiliário inadequado (47%), falta de autonomia (40%) e pressão por produtividade (26%).

Nas Plenárias realizadas pelo Sindicato nos últimos dois anos, eles continuam reclamando da falta de autonomia, que não são ouvidos pela Administração e pelas chefias, e que não participam das decisões envolvendo os processos de trabalho e que dizem respeito ao seu dia a dia.

A questão do reconhecimento e valorização exerce um forte impacto no processo saúde-doença. Na Prefeitura de Diadema, os servidores têm relatado o sentimento de desvalorização, decepção, desânimo, sobrecarga e desgaste ou cansaço pelo trabalho.

Infelizmente, mesmo no serviço público, as formas de organização laboral, as informações sobre adoecimento, acidentes de trabalho e as relações estabelecidas nos locais de trabalho são tratadas como “espaços privados”, onde os trabalhadores e seus representantes não podem intervir.

A organização do trabalho impacta diretamente na saúde: a pressão, o controle, os prazos curtos para a realização das tarefas, o aumento do volume de serviço, o excesso de atividades e a redução no quadro (menos pessoas para executar mais tarefas) fazem com que o ritmo de trabalho seja acelerado, intensificando o desgaste, esgotamento físico e psicológico dos funcionários públicos municipais.

No último censo realizado em 2010, Diadema tinha 386.089 habitantes e 6.449 servidores públicos municipais concursados (um para cada 59,86 habitantes). A estimativa é que em 2021 Diadema possuía 429.550 habitantes e 6.166 servidores (um para cada 69,66 habitantes). Hoje, mesmo com o ingresso de mais de 500 servidores por meio de concurso público entre julho de 2021 e setembro de 2022, a PMD tem 6.242 servidores públicos concursados.

O número reduzido de profissionais, a sobrecarga de trabalho, a falta de estrutura para desempenhar as funções e fazer o melhor atendimento para a população, a hierarquização, o predomínio e a valorização de determinadas funções ou cargos em detrimentos de outros, a falta de transparência da gestão acerca das informações que envolvem o dia a dia do trabalho e a própria vida do trabalhador, além da jornada estressante, causam, muitas vezes, relações de assédio moral entre os próprios colegas, segundo relatos de servidores que responderam à pesquisa do SINDEMA de 2020.

Nessa pesquisa, os trabalhadores disseram apresentar sintomas como cansaço e fadiga (76%), ansiedade (63%), nervosismo (55%), dores pelo corpo/de cabeça/nas costas (50 – 55%) e insônia (44%); 49% referiram sentir esgotamento físico sempre ou quase sempre e 52% relataram que sempre ou quase sempre se sentem emocionalmente esgotados.

Embora desde 1º de janeiro de 2022, a Síndrome de Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, tenha sido incorporada à lista de doenças ocupacionais pela Organização Mundial de Saúde, o SINDEMA desconhece qualquer procedimento da Prefeitura para informar, orientar ou mesmo notificar casos dessa doença entre os servidores.

Durante a pandemia de Covid-19, graças às tecnologias da comunicação, alguns setores implementaram o trabalho remoto. Com ele veio a ampliação da jornada de forma disfarçada, pois o tempo dedicado não foi reconhecido, contado e tampouco remunerado como parte da jornada. No pós-pandemia, essa situação continuou e não há mais limites para a cobrança de tarefas, para as ligações e mensagens de trabalho no celular a qualquer dia ou hora, rompendo os limites entre a casa e o trabalho. Essa demanda de estar sempre conectado tem impactos diretos na saúde do trabalhador e de seus familiares.

E isso reporta a um outro problema: o assédio moral, que infelizmente vem se tornando cada vez mais frequente dentro da Prefeitura de Diadema. No estudo do Sin-

dicato de 2020, 56% do servidores sinalizaram que já foram vítimas de assédio moral no trabalho. Entra governo, sai governo e a mesma prática de indicação das chefias permanece: os chefes são indicados em decorrência de relações políticas, de laços de amizade e até parentesco e, na maioria dos casos, não estão preparados para o exercício do cargo. Os servidores avaliam que, na atual Administração, o assédio moral estrutural piorou em várias Secretarias, como Educação, Saúde e SASC.

A postura dessa gestão faz com que as relações de trabalho entre as chefias e os funcionários fiquem cada vez mais deterioradas, prevalecendo a falta de respeito e o autoritarismo.

Ameaças veladas, perseguição e transferência de postos de trabalho são relatadas por servidores que se posicionam, seja na defesa do trabalho que realizam, seja na defesa dos seus direitos e entre aqueles que denunciam as práticas adotadas por determinadas chefias.

A exposição ao assédio moral também traz uma série de consequências negativas à saúde e ao bem-estar do trabalhador. É justamente nos setores onde as relações de trabalho estão estremecidas e degradadas que mais cresce o número de servidores adoecidos ou afastados em licença médica por estresse e depressão.

Em maio deste ano, a Câmara de Diadema aprovou a Lei nº 4.250/2022, de autoria do vereador José Aparecido da Silva (PT), o companheiro Neno (dirigente do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema), que dispõe sobre a vedação ao assédio moral no âmbito da administração pública municipal. Além de ser uma antiga bandeira de luta defendida pelo SINDEMA e pelo conjunto do funcionalismo, a aprovação dessa Lei é uma grande vitória das trabalhadoras e trabalhadores de Diadema. No entanto, a Prefeitura, que deveria regulamentá-la em 60 dias, ainda não publicou o decreto estabelecendo os aspectos gerais de sua aplicação, bem como os procedimentos a serem adotados nos casos de assédio moral ocorridos no âmbito das Organizações Sociais (OSs) que atuam na gestão municipal.

Outra realidade que traz impactos negativos às condições de trabalho e à saúde do conjunto dos trabalhadores é a terceirização e até a quarteirização dos serviços, além dos contratos precários existentes na Prefeitura de Diadema. Trabalhadores terceirizados e quarteirizados chegam para atuar na Administração Municipal sem nenhum processo de integração ou formação e sem qualquer tipo de acolhida.

Segundo dados do Portal da Transparência de setembro de 2022, existem apenas 100 agentes de serviços gerais e agentes de serviços I de carreira e 175 servidores públicos de carreira nos cargos de Agente de Serviços de Cozinha I e II e outros 580 trabalhadores com contratação precária (bolsistas ou contrato temporário) para realizar a limpeza e a alimentação escolar em toda a rede municipal de ensino; para toda a parte administrativa, existem apenas 56 Agentes Administrativos de carreira.

Nas áreas de Saúde, Educação, Obras, Meio Ambiente, Habitação, SASC e outras, por exemplo, há trabalhadores terceirizados com salários superiores aos dos não terceirizados e outros com salários menores e trabalhos realizados de forma precarizada, sem as mesmas garantias de direitos comuns a todos. Essa desigualdade, além de gerar um clima agressivo e competitivo entre os trabalhadores, prejudica a interação em equipe, pode resultar em rompimentos dos laços afetivos, aumento do individualismo e instauração do "pacto de silêncio" baseado na indiferença ao sofrimento do outro e na naturalização dos desmandos das chefias. O clima de conflitos e disputas prejudica a unidade dos trabalhadores e a luta pela conquista e garantia de direitos, com sérias consequências na qualidade de vida dos servidores e também dos terceirizados.

A realidade em Diadema espelha a situação nacional. No Brasil, todos os estudos e pesquisas feitos nos últimos 25 anos indicam que a terceirização e a precarização caminham juntas e representam a degradação do trabalho em todas as suas dimensões: no desrespeito aos direitos trabalhistas, nas más condições de trabalho, nos baixos salários, na piora das condições de saúde, nos maiores índices de acidentes e na vulnerabilidade política dos trabalhadores que, dispersos e fragmentados, têm dificuldades para se organizar coletivamente.

PLANO DE LUTAS E DE TRABALHO: RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO DO SINDEMA

LUTAS GERAIS

01 • Aumento real do salário mínimo;

02 • Revisão da Tabela do Imposto de Renda;

03 • Pagamento imediato do Piso Nacional da Enfermagem;

04 • Revogação imediata dos efeitos da Lei Complementar 173/2020 para todos os servidores públicos. Essa Lei congelou, durante a pandemia, a contagem de tempo de serviço para efeitos do biênio, quarta-parte e licença-prêmio para os servidores públicos;

05 • Reversão do desmonte das políticas sociais, das estatais, dos direitos do povo, dos serviços públicos e defesa da soberania nacional;

06 • "REVOGAÇO" de todas as medidas adotadas desde 2016 que retiraram direitos da classe trabalhadora:

- **a** • Revogação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016);
- **b** • Revogação da Lei que autorizou a terceirização sem limites (Lei 13.429/2017);
- **c** • Revogação da Reforma Trabalhista;
- **d** • Revogação da Reforma Previdenciária (EC 103/2019) e restabelecimento constitucional da plena paridade e integralidade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas;

07 • Revogação das demais emendas constitucionais, leis, decretos, portarias e normas que atacam a democracia, alienam a soberania nacional e desmantelam serviços públicos como, por exemplo, a lei que autorizou a entrega do Pré-sal às multinacionais;

08 • Reversão das privatizações, fortalecimento das empresas estatais e dos sistemas públicos de regulamentação e fiscalização trabalhista, ambiental, sanitária e alimentar;

09 • Revogação da Lei que permite a entrada de capital estrangeiro no financiamento da Saúde no Brasil (Lei 13.097/2015);

10 • Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000);

11 • Convocação imediata de concursos públicos e garantia do acesso aos cargos do serviço público exclusivamente por meio deles;

12 • Pagamento de Pisos Salariais para servidores municipais, estaduais e federais não inferiores ao salário mínimo do DIEESE;

13 • Definição de data-base e revisão salarial geral anual prevista na Constituição para os servidores públicos;

14 • Estabelecimento de diretrizes gerais de carreiras com valorização do salário-base;

15 • Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;

16 • Política pública de Saúde com universalização do atendimento de qualidade e implantação de política que vise à desterceirização do SUS e à destinação das verbas públicas para a Saúde Pública;

17 • Regulamentação do trabalho remoto com garantia de direitos e irredutibilidade dos vencimentos dos trabalhadores;

18 • Fim do decreto que determinou sigilo de 100 anos aos atos de Jair Bolsonaro;

19 • Fim do "orçamento secreto", que compromete os investimentos em políticas públicas;

20 • Retomada dos mecanismos de participação e controle social da população na gestão das políticas sociais através da rearticulação dos Conselhos, Conferências e Audiências Públicas;

21 • Reforma Sindical para assegurar a livre organização da classe trabalhadora;

22 • Ampliar a relação com os movimentos sociais, conselhos populares, frentes de luta, Frente Brasil Popular e Povo Sem Sedo, movimentos de moradia, mulheres, juventude, entre outros.

LUTAS ESPECÍFICAS

1º – EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS

23 • Lutar pela garantia de todos os direitos previstos em lei, no Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema, no Estatuto do Magistério e no Estatuto da Guarda Municipal de Diadema e outros que inserem regência específica sobre o servidor público;

24 • Lutar pela manutenção de todos os direitos e benefícios conquistados pelos servidores da ativa para os servidores aposentados;

25 • Lutar pelo aumento real de salários;

26 • Lutar por uma política de reposição das perdas salariais acumuladas (de 1997 a 2004; de 2019 e de 2022);

27 • Lutar pelo reajuste do vale-alimentação de acordo com o valor da cesta básica do DIEESE;

28 • Lutar pelo pagamento de dois vales-alimentação para servidores que ocupam dois cargos públicos (Saúde e Educação);

29 • Lutar pela extensão do direito ao vale-refeição para todos os servidores;

30 • Lutar pelo reajuste do vale-refeição de acordo com o índice de reajuste da alimentação fora do domicílio;

31 • Exigir o pagamento de vale-transporte e vale-refeição nos dias de convocação para hora extra;

32 • Lutar pelo aprimoramento do sistema de ressarcimento dos trabalhadores que utilizam transporte fretado e transporte intermunicipal (vale-transporte);

33 • Lutar pela implementação de vale-combustível ou auxílio-combustível para os trabalhadores que fazem uso do veículo próprio;

34 • Lutar pela criação do benefício auxílio-saúde, com reajuste anual de acordo com o índice de reajuste da ANS, a todos os servidores, para cobrir parte das despesas médicas em substituição ao "subsídio do Convênio Médico" pago atualmente pela

Administração Municipal apenas para os servidores que possuem convênio médico oferecido pelo Sindicato;

35 • Lutar pela manutenção das cozinhas e copas nos locais de trabalho para garantir condições adequadas de armazenamento e local apropriado para as refeições dos servidores;

36 • Lutar para que a Administração Municipal disponibilize o relatório do ponto eletrônico para todos os servidores;

37 • Lutar para que a Prefeitura de Diadema crie formalmente as atribuições e regulamente a função de "Ponte de Recursos Humanos" nos locais de trabalho;

38 • Lutar pelo direito à compensação diária das emendas de feriados e jogos da Copa como era realizado até 2021 pela Prefeitura de Diadema (15 minutos, de acordo com jornada de trabalho, estabelecidos no calendário administrativo publicado no final do ano anterior ao da vigência);

39 • Intervir em relação ao banco de horas praticado ilegalmente, encaminhando denúncia ao Ministério Público do Trabalho para a construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e de Acordo Coletivo entre Prefeitura de Diadema e SINDEMA que vise ao pagamento imediato das horas acumuladas como horas extras sem a vigência de acordo;

40 • Lutar pelo pagamento das férias proporcionais às horas extras realizadas no período aquisitivo aos servidores estatutários, conforme direito assegurado aos servidores celetistas;

41 • Lutar pela ampliação do direito à licença-nojo em caso de falecimento de parentes de 1º grau;

42 • Lutar pelo direito à folga abonada independente da jornada de trabalho, conforme consta no Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema;

43 • Lutar pela concessão da licença-prêmio na data de aniversário do servidor, em pecúnia ou descanso, conforme sua opção;

44 • Lutar pelo pagamento das verbas rescisórias dos servidores recém-aposentados e exonerados em até 60 dias da data da publicação da portaria de aposentadoria ou exoneração. Lutar pela criação de lei municipal que estipule multa e correção monetária a ser paga pela PMD aos servidores em caso de atraso;

45 • Lutar para que todos os servidores sejam contemplados no município pela Lei Complementar 191, garantindo o direito à contagem de tempo para efeitos de licença-prêmio, biênios e quarta-parte do período trabalhado entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, em especial para aqueles que continuaram realizando os serviços de forma presencial e expostos aos riscos de contaminação durante o lockdown, como agentes fiscais, motoristas, assistentes sociais, entre outros;

46 • Lutar pelo pagamento dos Pisos Salariais Nacionais de carreiras do funcionalismo público;

47 • Lutar pela implantação de política de valorização dos servidores públicos com mecanismos de promoção e progressão nos cargos;

48 • Lutar pela extensão do Plano de Carreiras da Guarda Civil Municipal (GCM) para os trabalhadores da Guarda Civil Patrimonial (GCP);

49 • Lutar pela criação de Plano de Carreira para Agentes Fiscais e Agentes Administrativos;

50 • Lutar pelo enquadramento dos atuais ocupantes dos cargos em novas referências salariais a fim de coibir os desvios de função: Agente de Serviços de Cozinha I (da Referência Salarial 02 para a Referência 04) e Agentes Administrativos I (da Referência Salarial 03 para a Referência 06-A);

51 • Promover estudo sobre a situação dos servidores ocupantes dos cargos de Motoristas Socorristas e dos servidores remanescentes que permaneceram nos cargos de Educador Infantil e Auxiliar de Enfermagem após o processo de Evolução Funcional realizado em 2007;

52 • Lutar pelo pagamento de adicional de risco para Agentes Fiscais, profissionais da Vigilância à Saúde e outros da área de Saúde que atuam na fiscalização e não recebem adicional de insalubridade;

53 • Lutar para que a Secretaria de Educação reabra a Mesa de Negociação com o SINDEMA e com a Comissão de Representantes dos Professores eleita para a Implantação do Direito à Jornada de Trabalho Docente destinada ao Trabalho Pedagógico (um terço da jornada de trabalho), para garantir que os professores usufruam desse direito independentemente da especificidade do cargo e da jornada de trabalho, de acordo com a Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso);

54 • Lutar pelo direito à Jornada de Trabalho Docente destinada ao Trabalho Pedagógico (um terço da jornada de trabalho) na Suplementação;

55 • Lutar contra a obrigatoriedade do trabalho aos sábados incluído no Calendário Escolar como compensação obrigatória das emendas de feriados para os servidores da Educação;

56 • Lutar pelo reajuste do abono regência de acordo com a inflação e por sua incorporação ao salário-base dos professores;

57 • Ingressar com ação na Justiça pleiteando o pagamento retroativo do abono regência do período de março de 2020 a abril de 2021;

58 • Lutar pela readequação dos cursos aceitos para as progressões dos professores nas várias modalidades do conhecimento (arte, dança, cidadania, entre outros);

59 • Lutar por mais transparência e diálogo da Secretaria de Educação com o conjunto dos servidores da rede municipal de ensino;

60 • Lutar para reverter a medida administrativa determinada pela Secretaria de Educação no processo de remoção de 2022 (transferência compulsória de professores que possuem a titularidade de salas em determinadas escolas da rede);

61 • Questionar na Justiça a legalidade das ações adotadas pela Secretaria de Educação para Implantação do Direito à Jornada destinada ao Trabalho Pedagógico (um terço da jornada);

62 • Lutar pela realização do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) remoto no período noturno por conta da falta de segurança nas escolas;

63 • Lutar pela implantação do Plano de Carreira dos Servidores da Saúde;

64 • Dar continuidade à luta pelo pagamento do adicional de insalubridade devido aos servidores da Saúde que atuaram durante a pandemia (40% do salário mínimo), buscando garantir na Justiça esse direito;

65 • Lutar pelo pagamento da gratificação por atuação na Estratégia Saúde da Família (antigo PSF – Programa Saúde da Família) para todos os profissionais da Saúde do Programa, já que hoje apenas médicos e dentistas recebem;

66 • Lutar para que a Prefeitura de Diadema forneça refeições para plantonistas noturnos do HM, Quarteirão da Saúde, Pronto Atendimento Eldorado e Paineiras e CAPSs;

67 • Lutar pela aplicação imediata da lei que regulamenta o Programa Bolsa Trabalho (Frente de Trabalho) e Programa Bairro Melhor, garantindo aos bolsistas a formação prevista na legislação;

68 • Realizar assembleia de revisão e atualização do Estatuto do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema;

69 • Lutar pela definição clara de fluxos de trabalho, atribuições e responsabilidades de acordo com normas e legislação pertinentes a cada cargo para que os servidores não fiquem vulneráveis às chefias;

70 • Lutar pela construção do Hospital do Servidor Público Municipal;

71 • Lutar para que seja garantido 10% das vagas disponíveis para os servidores municipais de baixa renda e sem moradia na demanda prioritária da Prefeitura para atendimento pelos Programas Habitacionais, de acordo com critérios próprios específicos para atendimento desses servidores;

72 • Dar continuidade à luta pelo direito à reposição da paralisação do dia 15 de setembro através da utilização de horas já trabalhadas (banco de horas), abono TRE, falta abonada, compensação das horas e, em última instância, recorrer ao Judiciário para garantir esse direito. Denunciar em todas as instâncias institucionais da CUT, FETAM (Federação dos Trabalhadores da Administração e dos Serviços Públicos Municipais) e CONFETAM (Confederação dos Trabalhadores da Administração e dos Serviços Públicos Municipais) a postura adotada pelo governo Filippi de não estabelecer acordo de compensação com o SINDEMA e fazer o desconto do dia paralisado como “falta greve”;

73 • Lutar pela participação autônoma dos trabalhadores em todos os Conselhos Municipais, combatendo quaisquer interferências da Administração nessas representações;

74 • Estabelecer, a priori, que os delegados participantes do 2º Congresso do SINDEMA serão constituídos como “Representantes por Local de Trabalho” (delegados de base), com legitimidade para a tarefa de representação dos servidores do seu local de trabalho. Lutar pela garantia de dispensa de ponto para a formação e atuação do Delegado de Base em seu local de trabalho.

2º – POR UMA APOSENTADORIA DIGNA E POR DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

75 • Lutar contra a ratificação da Reforma da Previdência e contra quaisquer alterações na Lei da Previdência Municipal que visem a aumentar a idade mínima para a aposentadoria, o tempo de contribuição e a alíquota do servidor e alterar a forma de cálculo da aposentadoria dos servidores municipais de Diadema;

76 • Lutar em defesa do Instituto de Previdência do Servidor Público de Diadema (IPRED) e do direito à aposentadoria dos servidores, pelo pagamento em dia das contribuições patronais e pela implantação de política que garanta a sustentabilidade do IPRED;

77 • Promover acompanhamento constante da situação da Previdência Municipal e do IPRED e, através dos Delegados de Base, repassar informações e orientações do SINDEMA para os servidores nos locais de trabalho;

78 • Realizar curso de formação sobre o IPRED;

79 • Fazer estudo sobre as novas regras para aposentadoria e regras de transição que podem ser aplicadas ao serviço público após a aprovação da Reforma da Previdência, traçando um paralelo com regras próprias vigentes nos municípios e em Diadema;

80 • Aprimorar a comunicação e fazer uma campanha de conscientização a respeito do IPRED, criando cartilha e aplicativo e promovendo lives e atividades presenciais;

81 • Cobrar da Administração Municipal a regularização dos Acordos de Parcelamentos vigentes, exigindo o pagamento das parcelas em atraso dos Acordos formalizados em janeiro e dezembro/2021.

3º – CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO EM DIADEMA

82 • Lutar pelo fim das terceirizações e quarteirizações, pelo fim das contratações precárias e dos contratos temporários em todos os setores da Prefeitura de Diadema e por um Plano de Desterceirização da Saúde;

83 • Lutar pela realização de concursos públicos visando à substituição imediata dos servidores que se aposentam ou são exonerados;

84 • Realizar formação dos servidores para fiscalização e acompanhamento dos recursos destinados ao terceiro setor, entidades filantrópicas e OSs;

85 • Denunciar o desmonte dos setores operacionais em função da terceirização, que afeta drasticamente setores e/ou serviços como manutenção, obras, limpeza urbana, marcenaria, serralheria, máquinas pesadas, meio ambiente, oficina mecânica e funilaria, pré-moldado, galerias e boca de lobo, usina de asfalto, edificação, zoonoses, roçada e capinagem;

86 • Lutar para que haja concurso para Agentes de Apoio Escolar;

87 • Lutar pela realização de concurso público para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Controle de Endemias, pelo cumprimento da Emenda Constitucional 120 que garante, além do Piso Nacional dos ACSs e ACEs, a insalubridade e a aposentadoria especial a estes servidores;

88 • Realizar semana de luta contra a terceirização;

89 • Fazer estudo sobre a terceirização na Prefeitura de Diadema, com panorama das funções terceirizadas e quarteirizadas, das empresas terceirizadas que atuam no município e em cada Secretaria com o objetivo de embasar a luta pelo fim da terceirização;

90 • Cobrar da Administração Municipal a convocação dos classificados em concurso para compor quadro de funcionários em todos os setores da Prefeitura em regime estatutário, recorrendo à judicialização, se for preciso.

4º – EM DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR, DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO

91 • Lutar por condições e relações de trabalho adequadas, com atenção especial aos fatores laborais que comprometem a saúde física, mental e a segurança dos trabalhadores, inclusive no que se refere à instalação de câmera nos locais de trabalhos, diferenciando o que é segurança e o que é vigilância;

92 • Lutar pela garantia da presença da Guarda Civil Patrimonial em todos os Equipamentos Públicos Municipais para a segurança dos servidores;

93 • Lutar pela realização imediata da eleição das CIPAs e pela criação de legislação municipal que regulamente o seu funcionamento;

94 • Lutar pela participação da CIPA no Comitê Municipal de Combate à Covid para a fiscalização e propositura de ações de combate à disseminação do vírus nos ambientes de trabalho;

95 • Lutar por uma política de readaptação de servidores em restrição médica que respeite suas condições de saúde e valorize suas potencialidades, com reestruturação do SESMT;

96 • Exigir a elaboração do RAAT/CAT pelo SESMT com o nexo causal da doença e acompanhamento do servidor durante sua licença médica;

97 • Exigir transparência dos dados referentes à saúde do servidor público de Diadema, com a divulgação trimestral de dados e informações sobre acidente de trabalho, doença profissional e demais afastamentos do servidor, além de informações acerca dos Relatórios de Atendimento de Acidente de Trabalho (RAAT) e Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT);

98 • Realizar Campanha de Orientação a todos os servidores, estimulando aqueles que tiveram Covid a fazer o Relatório de Atendimento em Acidente de Trabalho (RAAT) anexando exames comprobatórios;

99 • Ampliar a divulgação do trabalho realizado pelo SINDEMA na área de Saúde do Trabalhador em parceria com a Faculdade de Psicologia da PUC-SP;

100 • Lutar pela reforma dos equipamentos municipais e pela garantia da acessibilidade ampla às pessoas com deficiência;

101 • Lutar pela manutenção periódica de prédios, equipamentos e pela aquisição e reposição de material de trabalho adequados ao exercício da função para os servidores, demais trabalhadores e bolsistas da Prefeitura de Diadema;

102 • Exigir o fornecimento de EPIs (equipamentos de proteção individual), de uniformes e calçados de qualidade e em quantidade suficiente, de material básico de higiene e saúde de uso pessoal (como papel higiênico, sabonete, água potável) para todos os trabalhadores, garantindo qualidade, quantidade necessária e diversidade;

103 • Lutar pela regulamentação e aplicação imediata da Lei Municipal Contra o Assédio Moral, aprovada em 2022, que visa a coibir essa prática no âmbito da Administração Municipal;

104 • Realizar campanha permanente contra o assédio moral, com reedição da Cartilha sobre Assédio Moral do SINDEMA e criação de outros canais de denúncia;

105 • Exigir critérios claros e amplos para a transferência de servidores, para a concessão de licença-prêmio e licença sem remuneração dos servidores, garantindo a transparência e assegurando o acompanhamento desses processos pela direção do SINDEMA.

Assessoria do 2º Congresso e Coordenação Editorial
Denise dos Santos

Edição e Revisão
Solange do Espírito Santo e Maria Helena Domingues

Fotos
Cadu Bazilevski

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa
Baracasé Design Gráfico

Dezembro de 2022

Fetam CUT São Paulo

CONFETAM CUT
CONFEDERAÇÃO DOS(AS) TRABALHADORES(AS) NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

SINDEMA CUT

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA

www.sindema.org.br